

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Estudo de Adaptação e Validação da Escala “Adult-Adolescent
Parenting Inventory – AAPI 2.1 Form A” numa Amostra de
Mães Portuguesa**

Beatriz Lourenço Sousa Teixeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Margarida Vaz Garrido, Professora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutoranda Cláudia Camilo
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Estudo de Adaptação e Validação da Escala “Adult-Adolescent
Parenting Inventory – AAPI 2.1 Form A” numa Amostra de
Mães Portuguesa**

Beatriz Lourenço Sousa Teixeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Margarida Vaz Garrido, Professora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutoranda Cláudia Camilo
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

Agradecimentos

Este trabalho é o culminar de cinco anos, e é impossível descrever este processo e as pessoas que fizeram parte dele numa única página. São demasiadas as pessoas a quem quero agradecer, que me apoiaram e nunca desistiram de mim, mesmo quando eu o fiz.

Em primeiro lugar vou agradecer à minha orientadora, a professora Margarida Vaz Garrido, não tenho palavras para agradecer a sua disponibilidade, dedicação, trabalho, ajuda e apoio. Apesar de ausente fisicamente, esteve sempre presente e nunca deixou de me dar orientação a qualquer momento, todos os dias. Não tenho mesmo palavras para agradecer todo o trabalho que realizou comigo este último ano. Obrigada do fundo do coração.

À minha coorientadora, a professora Cláudia Camilo, não consigo mesmo arranjar palavras para lhe agradecer, foi sempre tão prestável, tão inspiradora. Obrigada pelas horas e horas que dedicou à minha dissertação, pelo suporte, pelo apoio e orientação em todos os aspetos.

Aos meus pais, por todo o suporte emocional, por acreditarem em mim e não desistirem dos meus sonhos e projetos, sempre acreditaram mais neles que eu. Quero que saibam que mesmo estando no outro lado do mundo, sem vocês, era impossível.

Aos meus amigos e colegas de curso, por terem sido parte integrante deste percurso por acreditarem em mim, por poder partilhar com vocês as minhas dúvidas e dificuldades emocionais ao longo deste percurso. Pelas horas e horas passadas no ISCTE-IUL a trabalhar ou a partilhar experiências e frustrações. Queria agradecer em especial à Catarina Lopes, por todo o apoio, por acreditar que era possível, pela ajuda que sempre me deu ao longo destes cinco anos de curso, sem ti não era possível. À Patrícia Gonçalves, por todo o apoio, por acreditar em mim e por ser parte integrante da minha vida pessoal e académica.

Ao meu namorado, quero que saibas o quão importante foste neste processo, não conseguia se não te tivesse na minha vida. Quero agradecer-te por todo o apoio, nas horas que chorei contigo, nas horas que discuti contigo sem razão, nas horas em que me obrigaste a sair de casa. Obrigada por sempre acreditares em mim. Por nunca desistires dos meus sonhos, mesmo quando não são os teus. *“Para a vida toda”*.

A todos o meu obrigada, é difícil exprimir por palavras o que sinto neste momento!

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um primeiro estudo de adaptação e validação do *Adult-Adolescent Parenting Inventory* (AAPI-2.1. - Form A; Bavolek & Keene, 1999, 2010) numa amostra de mães portuguesas. O AAPI mede atitudes e crenças parentais, e foi concebido para integrar protocolos de avaliação do risco de abuso que podem ser utilizados nos serviços de proteção de crianças. Os dados do AAPI, na sua versão original, fornecem assim um índice de risco parental (alto, médio, baixo) para praticar comportamentos abusivos e negligentes na parentalidade e na educação das crianças.

Para a adaptação do APPI, recrutou-se uma amostra de 147 mães portuguesas, das quais 45 tinham filhos sinalizados em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na zona da Grande Lisboa, e as restantes foram recrutadas em Agrupamentos de Escolas.

Após a tradução e retroversão da escala, e das análises descritivas dos itens, seguiu-se uma Análise em Componentes Principais, que resultou em 3 componentes – Expetativas Inadequadas, Poder Parental e Exigência e Controlo, com valores de consistência interna adequados.

Relativamente à validade convergente, o AAPI revelou correlações significativas com o Child Abuse Potential Inventory (Milner, Robertson, & Rogers, 1990) e com a Multidimensional Neglectful Behaviour Scale (Kantor, Holt, & Straus, 2003), sugerindo que quanto menos adequadas as atitudes parentais, maior o potencial de abuso físico e mais práticas de negligência.

Globalmente o presente estudo constitui uma primeira etapa de validação do APPI numa amostra de mães portuguesas, com potenciais aplicações na prevenção, deteção e intervenção no abuso e negligência parental.

Palavras-chave: AAPI; Mau trato e Negligência; Atitudes Parentais; Crenças Parentais; Validação

Categorias e Códigos de Classificação da APA: 2020 Testes e Avaliação; 2340 Processos Cognitivos; 2956 Educação e Cuidados Parentais

Abstract

The present study aims to develop a first study of adaptation and validation of the Adult-Adolescent Parenting Inventory (AAPI-2.1 - Form A; Bavolek & Keene, 1999, 2010) in a sample of Portuguese mothers. The AAPI measures parental attitudes and beliefs and was designed to integrate risk assessment protocols that can be used in child protection services. The AAPI data, in its original version, provides a parental risk index (high, medium, low) for abusive and negligent behavior in parenting and children education.

In order to adapt the APPI, a sample of Portuguese mothers was recruited (N=147). From these, 45 had children signaled in Child Protection Services in the Greater Lisbon area, and the remaining were recruited in schools.

After the translation and retroversion of the scale, and the descriptive analysis of the items, a Principal Component Analysis was performed yielding three components – Unrealistic Expectations, Parental Power and Demand and Control, with adequate internal consistency indicators.

Regarding convergent validity, results revealed significant correlations with the Child Abuse Potential Inventory (Milner, Robertson, & Rogers, 1990) and with the Multidimensional Neglectful Behaviour Scale (Kantor, Holt, & Straus, 2003), suggesting that the less adequate the parental attitudes and beliefs, the greater the potential for physical abuse and neglect.

Overall the present study constitutes a first step in the validation of the APPI in a sample of Portuguese mothers with potential applications in prevention, detection and intervention in parental abuse and neglect.

Keywords: AAPI; Abuse and Neglect; Parental Attitudes; Parental Beliefs; Validation

APA Classification Categories and Codes:

2220 Tests & Testing; 2340 Cognitive Processes; 2956 Childrearing & Child Care

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	3
1.1. A parentalidade	3
1.2. As cognições parentais	4
1.3. O mau trato e negligência à luz dos modelos sociocognitivos	6
1.4. Escalas de avaliação de atitudes e crenças parentais	12
1.4.1. Introdução à escala AAPI 2.1 Form A	13
1.4.2. Pertinência e objetivo do estudo	14
II. Método	15
2.1. Participantes	15
2.2. Instrumentos	15
2.2.1. Adult-Adolescent Parenting Inventory	15
2.2.2. Inventário de Potencial de Abuso de Crianças (CAPI)	17
2.2.3. The Parent-Report Multidimensional Neglectful Behavior Scale (P-R MNBS PA) ...	18
2.2.4. Questões sociodemográficas	19
2.3. Procedimento	19
III. Resultados	21
3.1. Estatística Descritiva AAPI	21
3.2. Análise de Componentes Principais	22
3.3. Diferenças entre as atitudes parentais em função das variáveis sociodemográficas	25
3.4. Validade convergente do instrumento AAPI	27
3.4.1. Análise descritiva dos instrumentos PRMNBS e CAPI	27
3.4.2. Correlações entre o AAPI e o CAPI e o PRMNBS	28
IV. Discussão	31
4.1. Limitações, Contributos e Sugestões para investigação futura	34
Referências	37
Anexos	45
Anexo A – Protocolo de Avaliação	45
Anexo B – Consentimento Informado	53
Anexo C – Carta de Apresentação do projeto às Mães	55

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Estatísticas Descritivas do instrumento AAPI (2.1 Form A).....	21
Quadro 3.2. Análise de Componentes Principais: Componentes e contribuição dos 32 itens .	24
Quadro 3.3. Estatísticas Descritivas do instrumento PRMNBS e do instrumento CAPI.....	27
Quadro 3.4. Correlações entre as dimensões do AAPI e do CAPI	29
Quadro 3.5. Correlações entre as dimensões do AAPI e do PRMNBS	29

Índice de Figuras

Figura 1.1. Processamento de informação dos pais em relação ao comportamento da criança .8

Figura 1.2. Modelo Sociocognitivo10

Introdução

O nascimento de um filho é um marco na vida de um adulto que influencia os seus pensamentos e emoções e altera os hábitos de uma família. Durante a infância um bebé humano é totalmente dependente dos pais ou cuidadores para sobreviver, sendo por isso as funções parentais mais exigentes neste período (Bornstein, 2002). No entanto, esta exigência mantém-se, com desafios constantes que se estendem muitas vezes até ao final da adolescência e início da idade adulta.

Apesar da literatura apontar para a total dependência parental durante a infância, nem todos os cuidadores cumprem, na íntegra, essa função, podendo demonstrar incapacidade, ligeira ou severa, perante as necessidades apresentadas pelas crianças que muitas vezes se configura em alguma forma de mau trato. O mau trato infantil é por isso uma problemática socialmente relevante na qual urge intervir.

A par de muitos outros fatores tais como as experiências prévias, ou a idade das crianças e dos jovens, existe uma percentagem considerável da população que detém crenças e atribuições negativas em relação ao comportamento das crianças e jovens, cujo impacto influencia o desenvolvimento saudável destas, tanto a nível físico como psicológico. Especificamente, a literatura tem demonstrado que os pais maltratantes e negligentes apresentam atitudes e crenças enviesadas sobre a educação das crianças e expectativas desadequadas em relação ao desenvolvimento infantil (e.g., Camilo, Garrido, & Calheiros, 2016). Neste sentido é importante que existam instrumentos que possam ser facilitadores de uma avaliação diagnóstica por parte dos profissionais.

Com este projeto de mestrado propomo-nos traduzir, adaptar e apresentar um primeiro estudo de validação de uma escala que mede atitudes e crenças parentais, o *Adult-Adolescent Parenting Inventory – AAPI 2.1 Form A* (Bavolek & Keene, 1999, 2010). Esta adaptação para o contexto português pode vir a ser utilizada pelos serviços de promoção e proteção da criança, com vista a avaliar as ideias dos pais acerca da parentalidade, que podem influenciar as suas práticas na educação das crianças. Uma vez que este instrumento tem sido aplicado e testado com amostras de risco, iremos também explorar a sua associação com o potencial de abuso físico e práticas parentais negligentes.

Numa primeira parte, será apresentado o enquadramento teórico. O primeiro tema apresenta uma abordagem geral da parentalidade, de seguida são discutidas questões relacionadas com as cognições parentais, e, por último abordaremos as práticas parentais maltratantes e negligentes enquadrada nos modelos sociocognitivos.

Numa segunda parte apresentamos o método, onde se referem as características dos participantes que constituíram a amostra deste estudo bem como a sua forma de recrutamento. De seguida serão descritos todos os instrumentos aplicados no protocolo de avaliação e ainda o procedimento de recolha e de análise estatística dos dados.

No capítulo dos resultados, apresentam-se as análises de validação do instrumento nomeadamente a Análise em Componentes Principais, bem como as associações entre as atitudes parentais (AAPI-2.1) e o Inventário de Potencial de Abuso (CAPI) e as práticas de Negligência (PR-MNBS PA).

Por último, na discussão, apresentamos uma breve reflexão sobre os resultados, bem como as limitações do estudo e ainda as suas potenciais aplicações futuras.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1.1. A parentalidade

O conceito de parentalidade diz respeito à responsabilidade parental em garantir as condições de vida necessárias ao desenvolvimento saudável da criança, consoante as competências parentais ou dos cuidadores (ONU/UNICEF, 1990).

Segundo Cruz (2005), a parentalidade pode ser definida como um conjunto de ações realizadas pelas figuras parentais, pais ou cuidadores junto dos seus filhos, promovendo o seu desenvolvimento de forma plena, utilizando recursos da família e da comunidade.

De acordo com as abordagens evolutivas, a parentalidade é pensada na dicotomia *nature* – *nurture*, tendo como primeira função a continuidade da espécie (Bornstein, 2002). Nesta linha teórica, surgem os trabalhos de Bowlby (1969) sobre a importância da vinculação e sua função adaptativa, e a ideia de que a parentalidade influencia o desenvolvimento da criança.

Belsky (1984), com base no modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner (1979), refere que o desenvolvimento da criança é influenciado pela qualidade da parentalidade que conseqüentemente, depende das características da família de origem, do contexto em que está inserida a criança, redes de suporte e as suas relações. Sugerem-se assim três fatores determinantes da parentalidade (Belsky, 1984, 1993): os fatores individuais dos pais, como a sua personalidade e os seus recursos psicológicos; as características individuais da criança, como o seu temperamento; e os fatores contextuais de stress e suporte, como a relação conjugal, o trabalho e a rede de suporte social. A palavra “determinantes” diz respeito a qualquer fator psicológico ou demográfico que se correlacione com o comportamento parental (Belsky, 1984).

Darling e Steinberg (1993) propuseram um modelo integrativo da parentalidade, sugerindo que os objetivos e crenças dos pais acerca da educação influenciam o seu estilo parental (i.e., atitudes dos pais face à criança que promovem um clima emocional no qual os comportamentos parentais são expressos) e as suas práticas parentais (i.e., comportamentos específicos em conteúdo e com objetivos de socialização). Enquanto que as práticas parentais têm um efeito direto no desenvolvimento da criança, o estilo parental tem um efeito moderador entre as práticas parentais e o desenvolvimento da criança.

O modelo sobre os estilos parentais de Baumrind (1973), posteriormente revisto por Maccoby e Martin (1983), propõe uma abordagem bidimensional, situando os estilos parentais

de acordo com o nível de responsividade e de exigência. Assim, teorizam quatro estilos parentais diferentes: o estilo autoritativo em que os pais são responsivos, mas exigentes; o estilo autoritário, caracterizado por fraca responsividade e elevada exigência; o estilo permissivo, com baixa demanda ao nível da exigência, mas responsivos; e, por último, o estilo negligente, caracterizado por baixa responsividade e exigência. Mais uma vez, de acordo com esta abordagem, os valores e crenças dos pais sobre o seu papel parental e sobre a natureza da criança ajudam a definir padrões de afetos e as práticas parentais.

O modelo sociocognitivo de McGillicuddy-De Lisi e Sigel (1995) referencia a necessidade de compreender o impacto que a cultura, etnia e género têm nas crenças e práticas parentais. Neste sentido, as crenças possuem funções semelhantes entre culturas, mas são formadas através de experiências diferentes (Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002). As estratégias cognitivas ajudam a envolver os pais culturalmente diferentes, em diversas intervenções, com base nas suas crenças sobre a educação dos seus filhos (Azar & Benjet, 1994).

Segundo Sigel (1995) a maternidade foi inicialmente considerada como instintiva, meramente emocional, ignorando outros aspetos. Quando a parentalidade é vista como sendo instintiva, existem poucos incentivos que forneçam apoio para o desenvolvimento de capacidades parentais. Por outro lado, a visão cognitiva reconhece que a parentalidade carece de uma aprendizagem e que nem todos os pais estão culturalmente preparados. Neste sentido, e segundo os autores acima mencionados, a cognição está intrinsecamente envolvida na parentalidade, e esta é fundamental para ampliar a visão da sociedade em relação ao papel dos cuidadores.

Este trabalho empírico sobre crenças, cognições e comportamentos dos pais, potenciou a base para uma perspetiva cognitiva da parentalidade. Ao observar as famílias e as crianças em meio natural de vida, ficou claro que os cuidadores utilizam o seu conhecimento de base, a curto e a longo prazo, para atender às necessidades das crianças (McGillicuddy-De Lisi & Sigel, 1995).

1.2. As cognições parentais

Durante o desenvolvimento de uma criança existem diversas inferências que os pais/cuidadores realizam perante situações casuais ou adversidades. De acordo com os modelos sociocognitivos da parentalidade, os esquemas cognitivos pré-existentes apresentam-se como

um fator-chave e incluem ideias e crenças sobre o desenvolvimento da criança, infância e educação (McGillicuddy-DeLisi & Sigel, 1995).

As crenças definem-se como conhecimentos aceites pelos indivíduos (Sigel, 1985) que atuam como um filtro da informação do ambiente à qual os pais devem responder (e.g., Azar, T., Reitz, E., & Goslin, M., 2008), influenciando as suas percepções acerca dos sinais e comportamentos da criança (Bugental & Goodnow, 1998; Darling & Steinberg, 1993, Maccoby & Martin, 1983; Murphey, 1992). As crenças parentais são então ideias, conhecimentos, valores, objetivos e atitudes que, consistentemente assumem uma posição privilegiada no estudo das relações entre pais e filhos (e.g., Goodnow, 1994). O modo como os pais percebem a sua relação com os filhos desencadeia comportamentos parentais. Por exemplo, as mães que se percebem como eficientes e competentes no seu papel parental são mais responsivas (East & Felice, 1996), mais empáticas, mais adequadas e menos punitivas (Parks & Smeriglio, 1986).

O modelo dinâmico das crenças parentais (Sigel & Kim, 1996) sugere que os pais e o ambiente familiar são as principais fontes de influência durante os primeiros anos de vida da criança. O comportamento das crianças é regularmente alvo de suposições por parte dos adultos. As inferências que os pais fazem em relação às ações dos seus filhos, isto é, o quanto a criança pode/pretende controlar as suas ações, influenciam as respostas afetivas dos pais, constituindo as atribuições que os pais fazem em relação ao comportamento dos seus filhos (Grusec, Rudy, & Martini, 1997).

Dix e Grusec (1985) desenvolveram um modelo atributivo de cognições parentais que sugere que as reações afetivas dos pais ao comportamento dos filhos variam consoante a crença de que tal comportamento é intencional, controlável ou disposicional.

O processamento de informação social acontece inconsciente e automaticamente, as atribuições implícitas envolvem a recuperação automática de estruturas de conhecimento causais. Em contrapartida as atribuições explícitas exigem uma avaliação mais lenta das situações.

Relativamente às estratégias disciplinares utilizadas pelos pais, estas podem ser mediadas pelas atribuições que estes têm sobre a competência e a responsabilidade das crianças nos comportamentos transgressores (Dix, Ruble, & Zambarano 1989). Quando confrontados com comportamentos negativos, os pais fazem inferências acerca do estado de humor da criança, das suas motivações, da sua percepção sobre a situação e da influência de fatores do contexto, resultando assim numa interpretação sobre a responsabilidade da criança pelo seu comportamento. Assim, este modelo propõe que as práticas disciplinares dos pais,

especificamente a afirmação de poder, a desaprovação, e o afeto negativo serão selecionados e aplicados por estes de acordo com a interpretação que fazem da responsabilidade da criança na transgressão cometida e do seu nível de competência para a realizar. Dix e colegas (1989) referem ainda que as atribuições parentais sobre o comportamento da criança são influenciadas por variáveis da criança (idade e comportamento) e variáveis dos pais (crenças e ideias sobre educação).

As atribuições implícitas, tipicamente, incluem componentes cognitivos e afetivos, caracterizados por esquemas (Fiske & Pavelchak, 1986). Por exemplo, se o progenitor tiver um estilo atributivo negativo em relação às causas do comportamento de uma criança, se a criança partir um copo, o pai/mãe vai assumir que a criança partiu o copo intencionalmente.

No seu trabalho empírico, Miller (1995) estudou as atribuições dos pais em relação a comportamentos sociais positivos e negativos dos filhos. Os resultados demonstraram que os comportamentos sociais positivos tendem a ser atribuídos a fatores internos da criança e os comportamentos sociais negativos tendem a ser atribuídos à situação ou contexto.

Grusec e colaboradores (1994) sugerem que as atribuições dos pais sobre os seus próprios filhos dependem, fortemente, da sua própria relação com os seus pais. Ao nível do locus de controlo, os pais que acreditam não ter controlo sobre o comportamento dos seus filhos tendem a ser mais suscetíveis a práticas parentais mais severas (e.g., Janssens, 1994).

Relativamente às atitudes parentais, diversos autores reconhecem que estas, embora impalpáveis e intangíveis, são fundamentais para moldar o desenvolvimento das crianças (Bugental, 2002). Para estes autores, (e.g., Bugental & Keith, 2004), as atitudes detêm maior importância do que o comportamento educativo, pois ultrapassam o comportamento. As atitudes acerca da parentalidade são utilizadas para quantificar o ambiente social, estudar diferenças familiares, identificar diferenças entre grupos, pesquisar o risco de parentalidade inadequada, avaliar programas de intervenção, entre outros.

1.3. O mau trato e negligência à luz dos modelos sociocognitivos

A parentalidade abusiva caracteriza-se por práticas de mau trato físico e emocional que afetam o desenvolvimento pleno da criança. Segundo a Direção Geral de Saúde (2011) o mau trato infantil consiste num problema de saúde pública, caracterizando-se por qualquer forma de trato físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, que prejudique o funcionamento normativo da criança.

A literatura tem vindo a definir vários tipos de mau trato infantil. O mau trato físico decorre de qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, aplicada por pais, cuidadores ou outros indivíduos com responsabilidade face à criança ou jovem, a qual cause qualquer dano físico (DGS/SNS, 2016) e representa cerca de 3.5% das sinalizações aos serviços de proteção de crianças e jovens em Portugal (Relatório CNPCJ, 2015). O mau trato psicológico é definido como a privação de um ambiente de tranquilidade e de bem-estar afetivo indispensável ao desenvolvimento equilibrado da criança/jovem (Sistema Nacional de Saúde, 2016) e representa cerca de 2.4% das sinalizações nacionais (Relatório CNPCJ, 2015).

A negligência é a forma mais frequente de mau trato infantil (cerca de 33.6% das sinalizações; Relatório CNPCJ, 2015) e é definida como o descuido e falta de cuidado, sendo uma falha na provisão das necessidades da criança (Calheiros, 2006; Dubowitz, Black, Starr, & Zuravin, 1993). Por fim, o abuso sexual é definido como o contato sexual com uma criança, que ocorre quando existe uma grande diferença de maturidade entre os parceiros, quando o parceiro se encontra numa posição de autoridade sobre ou numa relação de cuidado com a criança, ou quando os atos são praticados contra a criança por meio de violência, ameaças ou recompensas (Browne & Finkelhor, 1986). Em termos de prevalência, este tipo de mau trato representa 1.6% do total de sinalizações (Relatório CNPCJ, 2015).

Ao falar de mau trato é importante referir que existem fatores de risco e proteção, que são facilitadores na avaliação diagnóstica da situação. Os fatores de proteção são variáveis físicas, psicológicas e sociais que auxiliam e apoiam o desenvolvimento individual e social, podendo influenciar e minimizar o impacto dos fatores de risco, como por exemplo a capacidade de resolução de problemas da criança/ jovem, a organização familiar e a integração comunitária da família. Os fatores de risco são variáveis físicas, psicológicas e sociais que podem potenciar o risco ou perigo a que a criança/ jovem está exposto, podendo influenciar de forma negativa o seu desenvolvimento (Direção Geral da Saúde, 2011).

Já os fatores de risco da negligência parental são, caracterizados pela falta de recursos materiais, que nas famílias pobres criam dificuldades em ultrapassar diversas necessidades básicas. Estas famílias estão normalmente em situações de elevada vulnerabilidade psicossocial ou exclusão, e expostas a diversos fatores de *stress* relacionadas com a sua situação financeira (Bondarenko, 2008; Dearing, 2008).

Relativamente aos fatores de proteção que poderão prevenir ou minimizar o risco de negligência salienta-se o adequado desempenho dos pais em crianças que vivem em condições

de pobreza (Hanson, McLanahan, & Thomson, 1997) e o suporte social, que de acordo com Horwath (2007), pode funcionar como apoio às necessidades das famílias. As rotinas da família e a percepção materna em relação à sua competência doméstica funcionam também como fator protetor da criança e podem estar relacionadas com práticas parentais adequadas e positivas (Calheiros, 2006).

De acordo com o modelo cognitivo de processamento de informação aplicado à parentalidade abusiva (Crittenden, 1993; Milner, 2003), o mau trato e negligência parental poderão resultar da incapacidade dos cuidadores em (1) perceber os sinais e estados da criança, (2) interpretar corretamente estes sinais, (3) selecionar e (4) implementar uma resposta adequada. Este modelo refere, também, que os pais maltratantes muitas vezes apresentam erros de processamento de informação relacionados com a interação pai-filho, o que poderá constituir um risco de comportamentos abusivos (Milner, 1993; 2003). A Figura 1 apresenta esquematicamente o modelo.

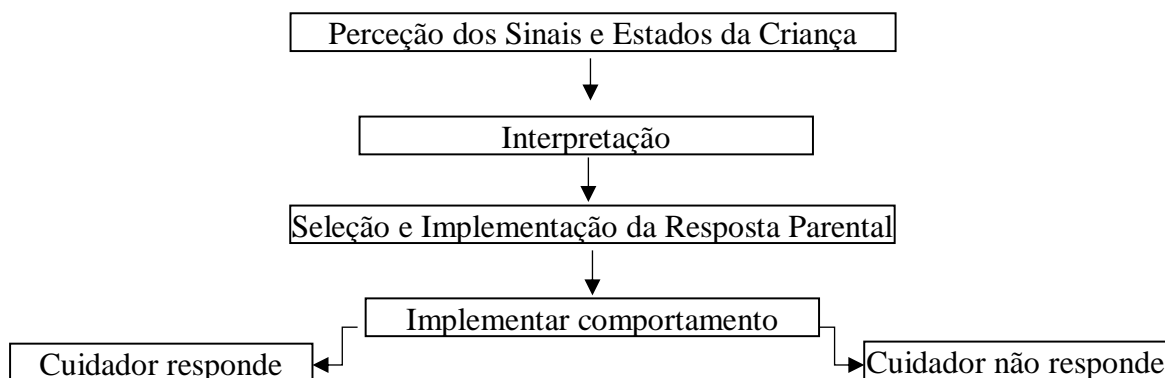


Figura 1. Processamento de informação dos pais em relação ao comportamento da criança (Crittenden, 1993; Milner, 2003).

Relativamente à primeira fase do modelo - a percepção, o cuidador percebe (ou não) a necessidade da criança. Na segunda fase do modelo - a interpretação, se a necessidade da criança for percebida, o cuidador deve interpretar o seu significado. Com base nessa interpretação será realizada, ou não, alguma ação. Na fase da seleção da resposta e com base na interpretação dos cuidadores, será selecionada uma resposta comportamental. Em alguns casos, a resposta pode ser necessária, mas o cuidador não sabe como responder ou como pedir ajuda. Na última fase, a resposta selecionada deve ser implementada. No entanto, existem circunstâncias que podem impedir que a resposta selecionada seja promulgada, ou seja, o cuidador poderá responder ou não à necessidade da criança (Crittenden, 1993; Milner, 2003).

A investigação tem evidenciado que pais com elevado risco de abuso, comparados com os pais de baixo risco, apresentam esquemas cognitivos pré-existentes mais imprecisos e enviesados (Crittenden, 1993; Milner, 2003). Estas crenças afetam a forma como estes percebem, avaliam, integram e respondem às informações relacionadas com a criança. A investigação tem vindo a defender que pais de alto risco abusivo detêm diferentes crenças sobre as competências dos seus filhos. Por exemplo as expectativas face à criança e às suas motivações tendem a ser desadequadas (e.g., expectativas relacionadas com a intenção do comportamento da criança).

As expectativas rígidas e irrealistas levam a interações pai-filho que são insensíveis às pistas das crianças, fomentando respostas que não estão de acordo com o seu desenvolvimento (Azar, 1986). Os pais maltratantes mostram expectativas irrealistas das competências das crianças e pensam que as crianças respondem melhor às técnicas assertivas de poder ao invés das indutivas (Azar et al., 1984; Caselles & Milner, 2000). Tais expectativas têm sido associadas à impaciência dos pais e à intolerância ao comportamento da criança (Keller & Borke, 2005).

A autoeficácia dos pais e as suas perceções de controlo têm também sido associadas à parentalidade. A eficácia tem sido associada consistentemente com o bem-estar psicológico geral dos cuidadores e com a competência das suas respostas (Jones & Prinz, 2005). Uma baixa perceção do controlo parental é preditora de respostas parentais negativas, como a reatividade emocional e negatividade aos problemas de comportamento da criança e a parentalidade negligente (Bugental & Happaney, 2004).

A rigidez dos esquemas tem estado associada a comportamentos desajustados. Os esquemas mais flexíveis permitem que a informação adequada dos eventos passe para a fase inicial da filtragem, de modo a que uma resposta mais adaptativa possa ocorrer. Os esquemas excessivamente simplistas apenas permitem que quantidades limitadas de informação situacional sejam tidas em conta. As narrativas maternas menos complexas estão ligadas a menor sensibilidade materna e maus tratos (Benoit et al., 1997; Cole & Reitz, 2005). As mães com um esquema flexível, complexo e adequadamente diferenciado, estão mais preparadas para perceber a complexidade da interação mãe-filho, direcionando-se para uma parentalidade mais eficiente e competente.

Como foi mencionado anteriormente a parentalidade ocorre num determinado contexto. Os recursos e fatores de *stress* (situação económica, características de vizinhança, apoio

conjugal/familiar prolongado) afetam a eficiência da atividade cognitiva e, por sua vez, a qualidade das respostas parentais. O processamento da informação relativa à criança pode variar em função do contexto. O *stress* diminui o funcionamento cognitivo e o desempenho, aumentando a distração, o estreitamento das capacidades perceptivas e as dificuldades de resolução de problemas, favorecendo erros de julgamento e negligência. Por exemplo, mulheres com expectativas pré-natais menos complexas e menos realistas da parentalidade têm um pior ajuste após o nascimento (maior probabilidade de depressão, menor autoestima e menor ajuste conjugal), o que pode comprometer as respostas cognitivas e comportamentais (Pancer et al., 2000).

O Modelo Sociocognitivo de McGillicuddy-De Lisi & Sigel (1995), representado na Figura 2, apresenta três elementos fundamentais para perceber a parentalidade:

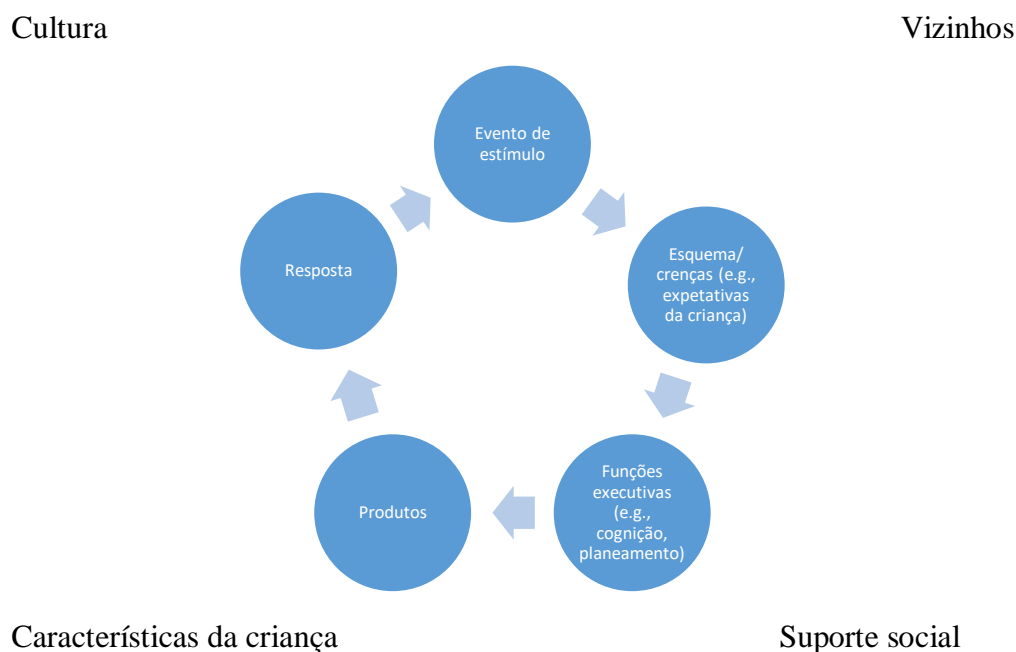


Figura 2. Modelo Sociocognitivo (McGillicuddy-De Lisi & Sigel, 1995).

O primeiro elemento são os esquemas/crenças pré-existentes, o segundo é o funcionamento executivo e por último o produto final, isto é, as avaliações e atribuições realizadas, posteriormente explicadas. Contudo, neste modelo os autores consideram a influência recíproca dos fatores contextuais, como a cultura, suporte social, vizinhos, entre outros e as características da criança.

Os *eventos de estímulo* são as situações em que é preciso educar as crianças, e diferem em função do sistema cognitivo do cuidador envolvido. Por exemplo, um bebê adormecido tipicamente requer menos atividade cognitiva complexa e menos vigilância, em comparação

com uma criança que está a fazer uma birra. As situações podem, também, afetar os cuidadores de forma diferente.

Os *esquemas/crenças* são os primeiros elementos cognitivos do modelo e referem-se a estruturas de conhecimento presentes em memória que ajudam os cuidadores a organizar experiências passadas e a responder a eventos (Mandler, 1979). Uma vez ativo, o esquema atua como filtro, determinando as pistas ambientais às quais o cuidador atende, e também determina automaticamente, se, e quais os elementos cognitivos que influenciam as respostas parentais. O esquema reflete o conteúdo e a estrutura das narrativas parentais sobre as crianças, o seu papel como cuidadores e as suas características pessoais (por exemplo, metas, expectativas, auto percepções). O esquema parental em relação às crianças (metas e expectativas) e em relação ao self (autoeficácia, percepções de dominância) prediz o comportamento dos cuidadores e os resultados sociais, cognitivos e comportamentais das crianças (Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002). As expectativas dos pais regulam e orientam as ações parentais, pois refletem ideias sobre o que deve acontecer.

Muitos aspetos da parentalidade envolvem respostas automatizadas. No entanto, quando ocorrem situações novas que são dissonantes com o esquema existente, é necessário um processamento cognitivo mais ativo. O *funcionamento executivo*, o segundo componente cognitivo do modelo de processamento de informação, reflete o processamento cognitivo requerido nesses momentos de aprendizagem e de erro. A resolução eficaz de problemas envolve uma identificação precisa do problema, avaliação de soluções, implementação de respostas, reavaliação e se necessário, modificação. Os cuidadores que utilizam uma resolução de problemas planeada relatam menos dificuldades (Ross & Aday, 2006), por outro lado, as mães em risco ou maltratantes apresentam dificuldades na resolução de problemas (Azar et al., 1984), e dificuldades de aprendizagem (Slack et al., 2004). Em suma, as capacidades do funcionamento executivo, como a resolução de problemas, a mudança de estratégia e a tomada de perspectiva estão ligadas a comportamentos parentais de risco.

Em relação aos *produtos*, os últimos elementos cognitivos do modelo, estes incluem avaliações gerais sobre determinados eventos e representam a interpretação específica do evento de estímulo que influenciam a *resposta* parental. As mães fazem atribuições em relação à sua própria parentalidade, quando os comportamentos das crianças são, ou não, consistentes com o seu auto esquema, ou por outro lado, quando os comportamentos das crianças não correspondem às suas expectativas, como por exemplo, “o meu filho faz isto só para me envergonhar”. As atribuições parentais são tipicamente sensíveis às mudanças de

desenvolvimento das crianças e quando existe uma falha materna em atribuir o comportamento infantil às limitações do desenvolvimento, por exemplo, “ele fez isto, porque tem dois anos e não entende”, pode significar a falta de provisão que impossibilite, futuramente, a capacidade de autorregulação da criança. A investigação apoia a relação entre as atribuições maternas inadequadas ao comportamento infantil e as dificuldades psicológicas maternas e respostas excessivamente severas ou excessivamente negligentes para as crianças (Dix, Ruble, & Zambarano, 1989).

1.4. Escalas de avaliação de atitudes e crenças parentais

A revisão de literatura anteriormente apresentada salienta o papel dos esquemas cognitivos, atitudes e crenças parentais na parentalidade, nomeadamente na parentalidade abusiva e negligente. Neste sentido, importa perceber quais os instrumentos existentes que avaliam atitudes e crenças parentais.

Apesar da escassez de instrumentos que meçam as atitudes e crenças parentais, em Portugal, salienta-se a existência do Questionário de Avaliação de Crenças Parentais (Calheiros, 2006), constituído por 32 questões relativas a crenças sobre educação e desenvolvimento das crianças, com uma escala de resposta 1 a 5, onde 1 representa discordo muito e 5 concordo muito. O questionário é composto por quatro fatores: o *controlo e a exigência* ($\alpha = .88$), medindo a reciprocidade na comunicação entre pais e filhos; o segundo fator, mede crenças *permissivas/indulgentes* ($\alpha = .77$), pais que apresentam um baixo valor neste fator, caracterizam-se por um baixo grau de exigência, não impondo regras aos filhos; o terceiro fator caracteriza-se por pais que têm uma visão *tradicional* ($\alpha = .69$) em relação à educação e aprendizagem dos seus filhos, desvalorizando a aprendizagem contínua; por último, o quarto fator inclui crenças em relação à *família* ($\alpha = .72$), e avalia os laços familiares entre pais e filhos. Este instrumento foi desenvolvido e aplicado no âmbito de um projeto mais alargado sobre mau trato e negligência.

Fora do contexto nacional destaca-se o instrumento da autoria de Bugental e Shennum (1984) - o *Parenting Attribution Test* (PAT) que avalia as causas percebidas de sucesso e falha no cuidado parental. Como tal, este instrumento mede o equilíbrio de poder ou controlo percebido na relação de cuidar, isto é, a quantidade de poder atribuído a si próprio versus a quantidade de poder atribuído à criança, centrando-se nas perceções de poder e controlo no relacionamento pai-filho. Originalmente, o instrumento supracitado foi construído para ser preenchido por mães. As mães que percecionavam ter um baixo controlo sobre a criança eram

mais propensas a mostrar padrões de resposta negativos a crianças mais sensíveis. Quando as mães eram abusivas com os seus filhos, atribuíram alto poder às crianças e baixo poder si próprias (Bugental, Blue, & Cruzcosa, 1989).

No âmbito dos modelos cognitivos de processamento de informação social são necessários instrumentos que possam medir as diferentes fases dos modelos, como as crenças, representações e as atitudes. Neste sentido torna-se pertinente adaptar e validar uma medida de atitudes parentais, nomeadamente o *Adult-Adolescent Parenting Inventory*, dada a escassez deste tipo de medidas validadas para o contexto português. Assim, o objetivo do presente estudo é validar a escala *Adult-Adolescent Parenting Inventory* (AAPI-2.1. - Form A) numa amostra de mães portuguesas.

1.4.1. Introdução à escala AAPI 2.1 Form A. Um dos grandes obstáculos teóricos na avaliação da parentalidade abusiva é a falta de clareza da definição de abuso e negligência, tendo sido esta questão a base teórica do trabalho de Bavolek (2000), cujo objetivo foi sintetizar as crenças relacionadas com práticas parentais abusivas em constructos significativos.

A escala *Adult-Adolescent Parenting Inventory* foi concebida para integrar protocolos de avaliação do risco de abuso utilizados pelos serviços de proteção de crianças. Os dados do AAPI para a população norte americana fornecem assim o índice de risco parental (alto, médio, baixo) para praticar comportamentos abusivos e negligentes de parentalidade e na educação das crianças. Além disso, o instrumento tem também sido utilizado no âmbito da prevenção primária, com adolescentes, avaliando as suas atitudes relativas à educação das crianças e apoiando projetos pedagógicos nas escolas. Esta escala é também útil para avaliar o potencial educativo dos pais, as mudanças nas práticas parentais e de educação infantil. Permite ainda o apoio no processo de seleção e treino de candidatos a pais adotivos e avaliar as atitudes relativas à parentalidade no recrutamento de profissionais para as equipas de apoio à infância e juventude, auxiliares de educação e voluntários (Bavolek, 2000).

O AAPI apresenta 40 itens, com uma escala de resposta tipo Likert de cinco pontos de concordância na qual 1 é “concordo muito” e 5 é “discordo muito”, devendo ser assinalada a resposta que melhor representa as atitudes parentais dos respondentes. O inventário divide-se em cinco subescalas, a) *Expectativas parentais inapropriadas*; b) *Falta de Empatia*; c) *Forte Crença no uso e valor do castigo Corporal*; d) *Inversão da Função Pai-Filho* e, por último, e) *Opressão do Poder e Independência das Crianças*. O instrumento pode ser administrado individualmente ou em grupos pequenos. O AAPI-2.1 é um inventário válido e confiável, e em

investigações anteriores os pais abusivos expressaram atitudes significativamente ($p < .001$) mais abusivas do que os pais não abusivos (Bavolek & Keene, 1999).

Importa ainda referir um estudo de validação do instrumento *Adult-Adolescent Parenting Inventory* (AAPI-2.1. - Form A), realizado por Connors et al. (2006). Com base numa amostra de 309 famílias de baixo rendimento com crianças em idade pré-escolar, os resultados da Análise Fatorial Exploratória forneceram um suporte limitado para a estrutura dos fatores inicialmente propostos. Especificamente, a única subescala que revelou um *fit* adequado foi a *Forte Crença no uso e valor do castigo corporal*, que reteve um total de nove dos onze itens originais. Face a estes resultados, os autores realizaram uma Análise de Componentes Principais, tendo retido 10 componentes que explicam 56.2% da variância total.

1.4.2. Pertinência e objetivo do estudo. Segundo as reflexões anteriormente realizadas e dada à escassez de instrumentos que respondam à problemática dos maus tratos e negligência parental que meçam especificamente as atitudes e as crenças parentais de pais e não-pais, adaptados para o contexto português, este estudo pretende suprir essas falhas e ser um facilitador na avaliação dos fatores de risco parental nomeadamente no contexto dos diversos serviços de promoção e proteção.

Consequentemente, e como referido no capítulo anterior, o objetivo principal deste estudo é determinar as principais qualidades psicométricas da escala *Adult Adolescent Parenting Inventory* (AAPI 2.1 Form A; Bavolek & Keene, 1999, 2010). Deste modo, temos como objetivos específicos a tradução e a retroversão dos itens da escala para português de modo a que exista uma equivalência semântica e linguística com a escala original e como segundo objetivo específico, adaptar a escala AAPI 2.1 Form A ao contexto português. Para tal, serão utilizados também outros dois instrumentos: o *Child Abuse Potential Inventory* (CAPI), utilizado na identificação de situações de potencial de abuso físico, perpetrado pelos cuidadores (Milner et al., 1990, versão portuguesa Calheiros & Magalhães, 2013) e ainda o *Multidimensional Neglectful Behaviour Scale* (PR-MNBS PA; Kantor, Holt, & Straus, 2003, versão portuguesa Martins-Neves & Lopes, 2013), que tem como objetivo permitir a deteção precoce de situações de negligência parental através de cinco domínios distintos de comportamento: segurança e proteção em casa, negligência educacional, negligência física, negligência no suprimento de necessidades básicas e vigilância e supervisão. Estes dois instrumentos encontram-se já validados para amostras portuguesas.

Capítulo II - Método

2.1. Participantes

Neste estudo participaram 147 mães de crianças ou adolescentes em idade escolar, com idades entre os 28 e os 57 anos ($M = 41.92$, $DP = 6.02$). Relativamente ao número médio de filhos, este varia entre 1 a 6 filhos ($M = 2.07$, $DP = 1.01$). Destas, 45 tinham filhos sinalizados na CPCJ e as restantes não tinham qualquer referência nos serviços de proteção à criança.

Das 147 participantes, 79.6% são de descendência lusa, 5.4% são de descendência africana, 2.7% de descendência mista e 4.8% de outra descendência. Relativamente ao estado civil, a maioria (73.5%) são casadas ou vivem em união de fato, 7.5% são solteiras, 17% são divorciadas, e 1.4% são viúvas. Relativamente às habilitações escolares, a maioria das mães (59.1%) responderam que estudaram até ao 12º ano, e 39.5% concluíram o ensino superior. Duas das mães não sabem ler ou escrever. Relativamente ao rendimento individual, 12.9% das mães reportam rendimentos inferiores a 500 euros, 38.1% auferem um rendimento médio entre 500-1000 euros, 39.5%, entre 1000 e 2000 euros, 2.7% entre 2000-3000 euros, e apenas uma mãe tem um rendimento individual superior a 3000 euros. No que concerne ao rendimento total do agregado familiar, 4.1% reportam um rendimento inferior a 500 euros, 19% entre 500 e 1000 euros, 42.9% entre 1000 e 2000 euros, 15% entre 2000 e 3000 euros e 11.6% com valores superiores a 3000 euros.

2.2. Instrumentos

2.2.1. Adult-Adolescent Parenting Inventory. O AAPI-2 (Bavolek & Keene, 1999) apresenta a revisão do AAPI original desenvolvido e normalizado entre 1978-80. Tal como o AAPI, o AAPI-2 tem duas formas, Formulário A e Formulário B, que podem ser utilizadas para avaliar as atitudes e comportamentos de parentalidade de adultos e adolescentes, pais ou não-pais. Existem dois formulários do teste (pré e pós-intervenção), de modo a reduzir qualquer efeito de prática ao completar os dois inventários num curto período de tempo. A validade e fiabilidade do AAPI-2 suporta a utilização do inventário como ferramenta de diagnóstico. O trabalho de Bavolek, Kline e McLaughlin (1979) identificou padrões parentais que levam ao desenvolvimento de quatro constructos parentais que representam um resumo da teoria na descrição de práticas abusivas e negligentes. Mais tarde Bavolek e Keene (1999) desenvolveram um quinto constructo. Estes constructos servem de base para avaliar as atitudes parentais que contribuem para o abuso e a negligência de crianças.

O constructo A - *Expectativas parentais inadequadas* ($\alpha = 0.82$), refere que pais abusivos tendem a perceber com imprecisão as competências dos seus filhos. Essas expectativas inadequadas acerca das crianças são geralmente o resultado de três fatores: (a) os pais simplesmente não percebem as necessidades e capacidades das crianças em vários estádios de crescimento e desenvolvimento; (b) os pais têm percepções inadequadas, geralmente decorrentes de experiências de fracasso e decepção na infância; e (c) os pais abusivos, geralmente, não têm a empatia necessária para determinar o que é uma expectativa apropriada para as crianças em diferentes estágios de desenvolvimento. Neste construto, existem 7 itens como “A disciplina rigorosa é a melhor forma de educar as crianças” e, por exemplo, “As crianças aprendem a respeitar através de disciplina rigorosa”.

No constructo B - *Falta de Empatia* ($\alpha = 0.84$), assume-se que a empatia é a capacidade de estar ciente das necessidades de outra pessoa, e dos seus sentimentos e a capacidade de colocar as necessidades do outro como uma prioridade. Os pais empáticos são sensíveis às necessidades dos seus filhos e criam um ambiente propício à promoção do crescimento emocional e físico. Quando o nível de empatia parental é baixo as necessidades da criança entram em conflito direto com as necessidades do cuidador. Não sendo fomentada a empatia, as crianças, muitas vezes, não conseguem desenvolver um sólido código de conduta moral, não distinguem o certo do errado, os conceitos de cooperação e generosidade não são reconhecidos como valores importantes e os outros são desvalorizados. As crianças com níveis baixos de empatia são, por vezes, rotuladas como "perturbadoras" ou "desobedientes", sendo crianças propensas a envolverem-se em atos de crueldade para consigo mesmas, para com os outros e para com os animais. Relativamente a este construto, existem 10 itens na escala como “As crianças devem guardar os seus sentimentos para si próprias” e “Uma boa criança dorme a noite toda”.

No constructo C - *Forte crença no uso e valor do castigo corporal* ($\alpha = 0.92$), o castigo físico é geralmente a estratégia disciplinar mais utilizada por pais abusivos. Os pais abusivos acreditam que deve ser demonstrado à criança "quem manda" e que devem respeitar a autoridade. Estes pais, não só consideram a punição física como uma medida disciplinar apropriada, como defendem fortemente o seu direito de usar a força física. Os efeitos do abuso físico são, muitas vezes, demonstrados no comportamento inadequado das crianças. Estas crianças, por vezes desenvolvem um padrão de agressões e descarga contra o mundo, de forma a gerir as suas próprias inseguranças. Consequentemente, as crianças que vivem num ambiente de violência na sua família, aprendem que a violência é uma forma útil de resolver problemas.

Neste construto existem 11 itens como “Uma boa tarefa nunca fez mal a ninguém”, e, também, “Às vezes, bater é a única coisa que resulta”.

No constructo D - *Inversão da função pai-filho* ($\alpha = 0.85$), salienta-se outro comportamento comum entre pais maltratantes e negligentes nomeadamente a inversão dos papéis pai-filho. Espera-se que as crianças sejam sensíveis e responsáveis pela felicidade dos seus pais, sendo que estes pais agem como crianças desamparadas, que procuram nos seus filhos o cuidado parental e conforto. Quando os pais não conseguem mostrar uma consciência empática das necessidades das crianças, muitas vezes estas são deixadas aos cuidados de si própria. As crianças são ainda transformadas numa fonte de autoridade, controlo e tomada de decisão. Relativamente a este construto, existem 7 itens como “As crianças com um ano de idade devem ser capazes de se manter afastadas de coisas que as possam magoar”, e, por exemplo, “As crianças devem ser as melhores amigas dos pais”.

Por último, no constructo E - *Opressão do poder e independência das crianças* ($\alpha = 0.80$), refere-se que os pais temem que as crianças utilizem o seu poder e independência para explorar o ambiente, fazer perguntas, ou desafiar a autoridade parental. Assim, é exigida obediência e completa conformidade com a autoridade parental. Quando o poder e a independência das crianças são oprimidos, não lhes é permitido desafiar, opinar ou ter escolhas, mas antes é-lhes dito para fazer o que os pais lhe pedem, sem questionar. De entre os 5 itens constituintes deste construto, encontram-se, por exemplo, “As crianças precisam de liberdade para explorar o mundo em segurança”, e, “As crianças devem ser treinadas a utilizar o bacio quando estiverem preparadas e não antes”.

2.2.2. Inventário de Potencial de Abuso de Crianças (CAPI). O Inventário de Potencial de Abuso Físico (CAPI) tem como objetivo identificar o potencial de abuso físico parental (Milner, 1986, versão portuguesa Calheiros & Magalhães, 2013).

Este Inventário integra 160 itens de risco de abuso físico à criança em cuidadores adultos, com uma escala de resposta dicotómica “*concordo*” e “*não concordo*”. A escala original é constituída por seis subescalas da Escala de Abuso e três Escalas de Validade, e pode ser utilizado para avaliar o risco de abuso físico, bem como o resultado de intervenções. O autor original da escala tem como critério obrigatório que todas as adaptações utilizem sempre a escala total, em todas as aplicações da escala (Milner, 1986).

A adaptação portuguesa da escala (Calheiros & Magalhães, 2013) reteve um total de 84 itens e apresenta elevada consistência interna ($\alpha = .92$). Foram estabelecidas cinco dimensões:

Mau estar psicológico (24 itens; $\alpha = .94$), Rigidez (19 itens; $\alpha = .82$), Problemas com a criança e consigo mesmo (14 itens; $\alpha = .76$), Problemas com a Família (12 itens; $\alpha = .81$) e, por último, Infelicidade e Problemas com as outras pessoas (15 itens; $\alpha = .76$).

2.2.3. *The Parent-Report Multidimensional Neglectful Behavior Scale (P-R MNBS PA)*

A escala P-R MNBS (Kantor, Holt, & Straus, 2003, versão portuguesa Martins-Neves & Lopes, 2013) tem como objetivo detetar precocemente os diferentes tipos de negligência parental, nas áreas emocionais, cognitivas, de supervisão das crianças, e constitui-se como uma escala de prevenção primária.

Na estrutura portuguesa existem diversas versões, nomeadamente uma para cuidadores de crianças dos 6 aos 9 anos (versão A), outra para cuidadores de crianças dos 10 aos 12 anos (versão B), e uma para cuidadores de crianças dos 13 aos 15 anos de idade (versão C) (Neves & Lopes, 2013). Dadas as características da amostra e do processo de recrutamento da mesma, optou-se por utilizar a versão completa.

A escala original completa é composta por 50 itens divididos em cinco subescalas. A sua escala de resposta remete para a frequência de ocorrência dos eventos descritos nos últimos seis meses: 1) Nunca aconteceu; 2) Aconteceu por vezes; 3) Aconteceu frequentemente; 4) Aconteceu sempre. A subescala “Necessidades Emocionais” (9 itens) tem como objetivo avaliar os diferentes aspetos do desenvolvimento emocional da criança. A subescala “Necessidades Cognitivas” (8 itens) avalia as áreas relacionadas com a estimulação cognitiva, que os pais fornecem à criança. A subescala “Necessidades de Supervisão” (9 itens) refere-se ao facto de os pais saberem por onde está a criança, à supervisão parental. A subescala das “Necessidades Físicas” (13 itens) avalia as dimensões da segurança, higiene, falta de cuidados de saúde. Por último, a subescala “Abandono” (7 itens) refere-se à falta de cuidado e de responsabilidade parental (Kantor, Holt, & Straus, 2003).

A adaptação portuguesa da escala P-R MNBS PA (Neves & Lopes, 2013) sofreu algumas modificações em relação à versão original dado que foi efetuada por estes autores uma validação de conteúdo com profissionais da área da proteção de crianças e jovens. A versão portuguesa da escala, produto da validação de conteúdo, tem 49 itens. Todavia a estrutura fatorial conseguida pelos autores organizou 27 itens em cinco subescalas: a subescala “Segurança e Proteção em Casa” (5 itens; $\alpha = .91$), “Negligência Educacional” (8 itens; $\alpha = .77$), “Negligência Física” (5 itens; $\alpha = .71$), “Negligência no Suprimento de Necessidades

Básicas” (5 itens; $\alpha = .66$) e “Vigilância e Supervisão” (4 itens; $\alpha = .56$). Para amostra do presente estudo, a escala total revelou uma consistência interna de .70.

2.2.4. Questões sociodemográficas. A primeira parte do protocolo de avaliação inclui questões que não identificam os participantes, garantido sempre o princípio da confidencialidade, mas que podem ser bons preditores e facilitadores da análise de dados. Estas questões incluem idade, etnia, estado-civil, escolaridade, profissão, estrutura familiar, rendimento individual e do agregado familiar, número e idade dos filhos.

2.3. Procedimento

Num primeiro momento, foi solicitada permissão ao primeiro autor do AAPI-2.1 através da editora Family Development Resources, tendo sido obtidas as devidas licenças para tradução do instrumento e aplicação a uma amostra portuguesa. De seguida, deu-se início ao processo de tradução do instrumento da língua inglesa para o português. Numa primeira fase, o questionário foi traduzido por uma aluna de Mestrado em Psicologia e revisto por três investigadoras da área. Num segundo momento, esta versão foi sujeita a uma retro-tradução para a sua língua original por um tradutor independente e fluente nas duas línguas, alheio ao presente trabalho, assegurando-se assim que os itens mantiveram o seu significado original. Por fim, a versão final da escala foi revista por dois peritos com experiência em intervenção com famílias em risco para validar a clareza e adequação da linguagem ao público-alvo.

Uma parte da amostra foi recrutada numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da zona da Grande Lisboa, através de um protocolo de estágio estabelecido entre a CPCJ e o ISCTE-IUL. As mães sinalizadas na CPCJ que eram convocadas para reuniões relativas ao processo no qual estavam sinalizadas, foram convidadas a colaborar neste estudo. As recolhas foram todas realizadas na sala de atendimento das instalações da Comissão, foi explicado o objetivo do estudo e obtido o consentimento informado das mães, garantindo-se a confidencialidade, tanto das mães, como do processo em curso na CPCJ. Na maioria dos casos, o protocolo foi apresentado por escrito. No entanto a algumas mães o protocolo foi lido integralmente, devido à sua falta de literacia.

Outra parte da amostra foi recrutada num Agrupamento de Escolas da zona da Península de Setúbal. Neste sentido, foram contactadas vários Agrupamentos de Escolas, no qual um Agrupamento de Escolas da zona da Península de Setúbal se prontificou em colaborar no estudo. Os questionários foram, então, entregues por elementos da direção a professores de diversas escolas do Agrupamento e por sua vez em diversas turmas. Os professores entregaram

os questionários individualmente a cada aluno e, nesse seguimento, os alunos entregaram às mães. O processo de devolução dos questionários, foi realizado por ordem contrária ao processo de entrega. Os questionários foram entregues a alunos de turmas do 1º e 2º ciclos, em envelope aberto juntamente com o consentimento informado e com uma carta a explicar o estudo às mães. A restante amostra foi recrutada num grupo de escoteiros da zona de Lisboa e Vale do Tejo. Após obtidas as devidas permissões, os questionários com a carta explicativa e o respetivo consentimento foram entregues um dos responsáveis do grupo, e, posteriormente, entregues a algumas mães em reuniões semanais. No grupo das mães do Agrupamento escolar o questionário, fechado em carta, foi entregue à professora responsável, que por sua vez entregou à direção e à investigadora. No grupo de mães dos escoteiros, o questionário foi entregue ao responsável pela reunião semanal, e posteriormente, entregue à investigadora. Em ambos os casos, foi sempre mantido o anonimato pretendido. Todos os participantes assinaram o consentimento informado, e preencheram os três instrumentos contidos no protocolo da avaliação. Caso surgisse alguma questão, as mães da CPCJ podiam pedir esclarecimentos diretamente ao investigador. Às mães do Agrupamento de Escolas e dos escoteiros foi facultado o contacto das investigadoras.

A opção por integrar na amostra mães com crianças sinalizadas nos serviços prende-se com a necessidade de garantir uma maior variabilidade nas variáveis de potencial de abuso físico e de negligência, dado que a sinalização/ não-sinalização não será utilizado como variável pois não foi controlada sinalização ou não a serviços de proteção das crianças relativas à amostra recolhidas nas escolas. No entanto, havendo algum equilíbrio na proveniência da amostra poderemos comparar mães recrutadas nas CPCJ e as outras com as devidas cautelas na interpretação dos resultados.

Capítulo III - Resultados

3.1. Estatística Descritiva AAPI

Inicialmente, foi realizada uma análise da distribuição dos itens por intermédio do Teste de *Kolmogorov-Smirnov* (Laureano, 2013), verificando-se que o pressuposto da normalidade foi violado para todos os itens ($p = .000$). Desta forma, foram verificados três critérios antes da realização da análise fatorial da escala. A partir dos resultados obtidos através das estatísticas descritivas dos itens (Quadro 3.1), começou-se por analisar os valores de assimetria e achatamento de cada item, verificando-se problemas em sete itens. De seguida verificou-se que a média aritmética e a média aparada a 5% apresentam valores muito similares entre si. Finalmente, realizou-se a análise dos *boxplot*, que revelou a existência de, no máximo, 5 *outliers* em cada item. Com base nestes critérios decidimos não eliminar itens *à priori* (Pallant, 2005). Relativamente à fiabilidade da escala total, o valor do Alfa de Cronbach ($\alpha = .915$) revelou-se adequado.

Quadro 3.1.

Estatísticas Descritivas do instrumento AAPI (2.1 Form A)

<i>Item</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>	<i>Assimetria</i>	<i>Curtose</i>
As crianças precisam de liberdade para explorar o mundo em segurança.	418	705	2	5	-757	961
Fazer uma pausa (por exemplo, mandar a criança para o quarto, mandá-la sentar numa cadeira) é uma forma eficaz de disciplinar as crianças.	341	1087	1	5	-323	-676
As crianças com um ano de idade devem ser capazes de se manter afastadas de coisas que as possam magoar.	260	1400	1	5	492	-1096
As crianças teimosas devem ser ensinadas a obedecer aos seus pais.	375	976	2	5	-301	-895
Quanto mais cedo as crianças aprenderem a comer e a vestirem-se sozinhas, e a ir à casa de banho, melhores adultos serão.	314	1135	1	5	-171	-599
Bater ensina as crianças a distinguir o certo do errado.	182	904	1	5	978	471
Os bebés têm que aprender a respeitar as necessidades das suas mães.	223	1098	1	5	660	-304
A disciplina rigorosa é a melhor forma de educar as crianças.	215	996	1	5	707	049
Os pais que cuidam de si próprios são melhores pais.	348	1068	1	5	-544	-200
As crianças podem aprender a ser bem-educadas sem terem que levar tarefa.	448	677	1	5	-1615	4540
As crianças têm a responsabilidade de agradar aos seus pais.	238	1059	1	5	594	111
As crianças boas obedecem sempre aos pais.	217	927	1	5	703	473
Na ausência do pai, o filho deve tornar-se o homem da casa.	167	938	1	5	1962	4405
Uma boa tarefa nunca fez mal a ninguém.	186	986	1	5	1089	578
Os pais devem forçar as crianças a serem melhores.	264	1173	1	5	285	-870
As crianças devem guardar os seus sentimentos para si próprias.	157	759	1	5	1855	5158

As crianças devem saber como confortar os seus pais depois de um dia duro de trabalho	231	984	1	5	533	025
As crianças aprendem a respeitar através de disciplina rigorosa.	208	1024	1	5	844	272
Bater numa criança por amor é diferente de bater numa criança por raiva.	224	1205	1	5	605	-812
Uma boa criança dorme a noite toda.	230	1104	1	5	625	-182
As crianças devem ser treinadas a utilizar o bacio quando estiverem preparadas e não antes.	392	872	1	5	-783	481
Uma certa dose de medo é necessária para que as crianças respeitem os seus pais.	222	1162	1	5	734	-417
Bater ensina as crianças que é correto bater nos outros.	224	1368	1	5	815	-724
As crianças que se sentem seguras crescem com demasiadas expectativas.	248	1002	1	5	459	-163
Não há nada pior do que uma criança teimosa aos dois anos de idade.	218	897	1	5	394	-294
Às vezes bater é a única coisa que resulta.	204	921	1	4	666	-296
As crianças que recebem elogios vão tornar-se muito convencidas.	204	851	1	4	462	-421
As crianças devem fazer aquilo que lhes dizem para fazer, quando lhes dizem. É simples.	2.88	1.104	1	5	-.095	-.873
As crianças devem ser ensinadas a obedecer sempre aos pais.	3.43	.963	1	5	-.402	-.262
As crianças devem saber o que os pais querem sem ser necessário dizer-lhes.	2.07	.853	1	5	.662	.361
As crianças devem ser responsáveis pelo bem-estar dos seus pais.	1.73	.808	1	5	1.162	1.622
É correto bater quando não há outra alternativa.	2.13	1.035	1	5	.450	-.840
Os pais devem ser capazes de confiar nos seus filhos.	4.28	.700	2	5	-.932	1.337
Os pais que encorajam os filhos a falar com eles acabam por ouvir apenas queixas.	1.86	.889	1	5	1.281	2.381
As crianças precisam de disciplina, não que lhes batam.	4.22	.801	1	5	-1.078	1.520
Deixar a criança dormir na cama dos pais de vez em quando é má ideia.	2.46	1.035	1	5	.852	.465
Uma boa tarefa mostra às crianças quem manda.	1.40	.638	1	4	1.688	2.984
Um bom filho consola os pais depois de eles discutirem.	2.29	1.112	1	5	.460	-.573
“Porque eu disse” é a única razão que os pais precisam de dar.	2.03	.989	1	5	.811	.067
As crianças devem ser as melhores amigas dos pais.	2.90	1.224	1	5	.161	-.784

3.2. Análise de Componentes Principais

Tratando-se de uma amostra de 147 participantes, não é cumprido o rácio de participantes habitualmente sugerido na literatura (5:1 ou 10:1) (Osborne & Costello, 2004). No entanto, alguns autores sugerem um rácio de 2:1, desde que a amostra seja constituída por mais de 100 participantes (Kline, 1979), o que se verifica. A matriz de correlações demonstrou-se favorável, com vários valores superiores a .30. O teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* ultrapassou o valor recomendado ($KMO = .829$) e o teste de esfericidade de Bartlett apresentou um valor

significativo ($p = .000$). Reunidos estes critérios, considerou-se que a realização de uma análise fatorial é adequada (Pallant, 2005). Uma vez que não existem percentagens de *missings* elevadas em nenhum sujeito do questionário, optou-se por substituir os *missings* pela média (Dodge, 1985).

Em primeiro lugar foi realizada uma Análise de Componentes Principais utilizando uma rotação oblíqua, mas as correlações entre os componentes da estrutura final apresentaram-se fracas, o que nos levou a repetir esta análise utilizando uma rotação ortogonal. Os componentes a reter foram determinados cumulativamente em três etapas. Utilizando o critério de *Kaiser* foram identificados 11 componentes, que explicam um total de 66.84% da variância. De seguida, a partir da análise do *Screeplot*, ainda que seja o primeiro componente a captar a maioria da variância explicada, a extracção de três componentes pareceu ser adequada. Finalmente, foi realizada uma *Parallel Analysis* (Watkins, 2000), que compara cada *eigenvalue* obtido no programa SPSS com o *random eigenvalue* obtido na *Parallel Analysis*. Após esta análise, a solução de três componentes revelou ser a mais adequada. Após a análise da *Component Matrix*, pudemos ainda confirmar que muitos dos itens saturaram nas primeiras três componentes.

De seguida, repetiu-se a análise forçada a três componentes e analisou-se a cada repetição: (a) as comunalidades de cada item, considerando má adequação ao componente valores menores do que 0.3; (b) os *loadings* dos itens com problemas de comunalidades graves para perceber a forma como saturaram (se não saturaram em nenhum componente ou se saturaram em mais do que um componente); seguidamente analisou-se (c) a saturação dos itens, considerando que variáveis representativas no componente apresentam *loadings* superiores a 0.5, e aceitando como valor mínimo 0.3; e (d), nos itens que saturaram em mais do que um componente, considerar eliminar aqueles que apresentam uma diferença entre os *loadings* nos dois componentes inferior a 0.1.

Estas análises levaram à eliminação de oito itens. Especificamente, os itens “Os pais que cuidam de si próprios são melhores pais”, “As crianças devem ser treinadas a utilizar o bacio quando estiverem preparadas e não antes” e “Bater ensina as crianças que é correto bater nos outros” demonstraram ter problemas de comunalidade graves (< 0.3) e não saturaram em nenhum componente. Já os itens “Quanto mais cedo as crianças aprenderem a comer e a vestirem-se sozinhas, e a ir à casa de banho, melhores adultos serão”, “Bater ensina as crianças a distinguir o certo do errado”, “As crianças têm a responsabilidade de agradar aos seus pais”, “Os pais devem forçar as crianças a serem melhores” e “As crianças aprendem a respeitar

através de disciplina rigorosa” foram eliminados devido a saturarem em mais do que um componente, com diferenças inferiores a 0.1. Após a eliminação destes itens, foi repetida a análise e a variância total explicada aumentou para 41.61%.

Dando seguimento à análise prévia, foi realizada a nomeação dos componentes identificados. O primeiro componente é constituído por 19 itens que remetem para as expectativas inadequadas em relação às crianças que denominámos “Expectativas Inadequadas”. Comparando com a escala original, este componente agrega três itens do construto A, sete itens do construto B, um item do construto C, sete itens do construto D e dois itens do construto E. O segundo componente contém nove itens que remetem para questões relacionadas com o uso de opressão e força física como métodos disciplinares que denominámos “Poder Parental”. Comparando com a escala original, este componente agrega um item do construto B, seis itens do construto C, um item do construto D e um item do construto E. Por último, o terceiro componente tem quatro itens, e remete para questões de exigência e controlo parental, que denominámos de “Exigência e Controlo Parental”. Comparando com a escala original, este componente agrega dois itens do construto A e dois do construto C (Quadro 3.2).

Quadro 3.2.

Análise de Componentes Principais: Componentes e contribuição dos 32 itens.

Item	Componente		
	1	2	3
As crianças devem ser responsáveis pelo bem estar dos pais	.668		
As crianças devem saber o que os pais querem sem ser necessário dizer-lhes	.664		
Um bom filho consola os pais depois de eles discutirem	.661		
Uma boa criança dorme a noite toda	.651		
As crianças que recebem elogios vão tornar-se muito convencidas	.622		
Os bebés têm que aprender a respeitar as necessidades das suas mães	.591		
Não há nada pior que uma criança teimosa aos dois anos de idade	.578		
Os pais que encorajam os filhos a falar com eles acabam por ouvir apenas queixas	.575		
As crianças devem saber como confortar os seus pais depois de um dia duro de trabalho	.564		
Na ausência do pai. o filho deve tornar-se o homem da casa	.551		
As crianças boas obedecem sempre aos pais	.549		
As crianças devem ser ensinadas a obedecer sempre aos pais	.537		
As crianças que se sentem seguras crescem com demasiadas expectativas	.521		
“Porque eu disse” é a única razão que os pais precisam de dar	.519		
As crianças devem ser as melhores amigas dos pais	.512		
Uma certa dose de medo é necessária para que as crianças respeitem os seus pais	.475		
As crianças devem fazer aquilo que lhes dizem. É simples	.468		

As crianças de um ano de idade devem ser capazes de se manter afastadas de coisas que as possam magoar	.422		
Deixar a criança dormir na cama dos pais de vez em quando é má ideia	.388		
As crianças precisam de disciplina. não que lhes batam	.649		
Uma boa tarefa nunca fez mal a ninguém	.640		
Uma boa tarefa mostra às crianças quem manda	.622		
Às vezes. bater é a única coisa que resulta	.605		
As crianças podem aprender a ser bem-educadas sem terem que levar tarefa	.592		
Os pais devem ser capazes de confiar nos seus filhos	.591		
É correto bater quando não há outra alternativa	.512		
As crianças precisam de liberdade para explorar o mundo em segurança	-.501		
As crianças devem guardar os seus sentimentos para si próprias	.453		
As crianças determinadas devem ser ensinadas a obedecer aos seus pais			.565
A disciplina rigorosa é a melhor forma de educar as crianças			.533
Bater numa criança por amor é diferente de bater numa criança por raiva			.524
Fazer uma pausa (por exemplo, mandar a criança para o quarto, mandá-la sentar numa cadeira) é uma forma eficaz de disciplinar as crianças			.439
Consistência interna		$\alpha = .895$	$\alpha = .781$ $\alpha = .552$

A fiabilidade das subescalas do instrumento revelou-se adequada, com valores mais elevados nos componentes “Expetativas Inadequadas” ($\alpha = .895$) e “Poder Parental” ($\alpha = .781$) e mais fraca no componente “Exigência e Controlo Parental” ($\alpha = .552$).

Quanto às estatísticas descritivas das três subescalas identificadas, verificou-se que a média de respostas na escala geral foi de 2.23 ($DP = 0.50$) o que significa que, no geral, as mães discordam com os itens apresentados. Especificamente, a média de respostas na subescala “Expetativas Inadequadas” foi 2.30 ($DP = 0.61$), 1.76 ($DP = 0.48$) na subescala “Poder Parental” e 2.88 ($DP = 0.70$) na subescala “Exigência e Controlo Parental”.

Relativamente às correlações entre as subescalas, verificou-se que todas estão correlacionadas. Especificamente a subescala “Expetativas Inadequadas” apresenta uma correlação moderada com as escalas de “Poder Parental” ($r = .484$; $p < .001$) e “Exigência/Controlo” ($r = .569$; $p < .001$). Já a subescala “Poder Parental” apresenta uma correlação fraca, ainda que significativa ($r = .294$, $p < .001$), com a subescala “Exigência/Controlo”.

3.3. Diferenças entre as atitudes parentais em função das variáveis sociodemográficas

Em primeiro lugar, procurámos verificar se existiam diferenças nas pontuações do AAPI e suas subescalas, em função das variáveis sociodemográficas recolhidas. Para tal foram realizadas análises de variância *one way*.

Com base na distribuição de frequências da idade foram criados três grupos etários (28 a 38 anos; 39 a 49 anos; mais de 50 anos). Os resultados permitiram verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas em função da idade para a escala total, $F(2,143) = 2.817$; $p < .063$, com os três grupos a revelarem pontuações equivalentes ($M = 2.36$, $DP = 0.58$; $M = 2.15$, $DP = 0.45$; $M = 2.22$, $DP = 0.44$, respetivamente). As pontuações nas subescalas também não variaram em função do grupo etário, todos os p 's $> .05$.

As pontuações no APPI variaram em função do grupo étnico, $F(3,132) = 13.596$, $p < .001$, com o grupo de descendência africana a apresentar pontuações superiores ($M = 2.91$, $DP = 0.47$) aos grupos de outras descendências ($M = 2.79$, $DP = 0.47$), de descendência lusa ($M = 2.12$, $DP = 0.42$) e mista ($M = 2.02$, $DP = 0.55$). O mesmo se observou em relação às subescalas “Expectativas Inadequadas” ($F(3,132) = 16.580$, $p < .001$) e “Exigências/Controlo” ($F(3,132) = 4.582$, $p = .004$). O padrão observado foi semelhante ao reportado para a escala total com os respondentes de descendência africana ou outra a obterem pontuações mais elevadas do que os participantes com descendência lusa ou mista.

As pontuações obtidas na escala total e nas subescalas não variaram em função do estado civil dos respondentes, todos os $ps > .05$.

Quanto às habilitações literárias, e com base na distribuição de frequências os participantes foram agrupados em três grupos (até ao 9º ano, até ao 12º ano e ensino superior). As pontuações no APPI variaram em função das habilitações literárias, $F(2,144) = 9.169$, $p < .001$, com o grupo menos escolarizado a apresentar pontuações superiores (até ao 9º ano $M = 2.51$, $DP = 0.53$) aos grupos mais escolarizados (ensino superior, $M = 2.06$, $DP = 0.46$). O mesmo se observou em relação à subescala ‘Expectativas Inadequadas’ ($F(2,144) = 11.431$, $p < .001$) e ‘Poder Parental’ ($F(2,144) = 3.148$, $p = .046$).

Com base na distribuição de frequências do rendimento mensal individual, os participantes foram agrupados em dois grupos (até 1000€, mais de 1000€). As pontuações no APPI variaram em função do rendimento individual, $t(136) = 3.552$, $p < .001$, com o grupo com menor rendimento a apresentar pontuações superiores ($M = 2.35$, $DP = 0.55$) ao grupo de rendimento mais elevado (ensino superior; $M = 2.06$, $DP = 0.40$). O mesmo se observou em relação às subescalas ‘Expectativas Inadequadas’ ($t(136) = 3.667$, $p < .001$) e ‘Poder Parental’ ($t(136) = 2.163$, $p = .032$).

Com base na distribuição de frequências do rendimento mensal do agregado familiar, os participantes foram agrupados em três grupos (até 1000€, de 1000€ a 2000€ e mais de

2000€). As pontuações no APPI variaram em função do rendimento do agregado, $F(2,133) = 12.019, p < .001$, com os respondentes com menor rendimento a apresentarem pontuações superiores ($M = 2.51, DP = 0.54$) aos respondentes com rendimento mais elevado ($M = 1.97, DP = 0.39$). O mesmo se observou em relação às subescalas ‘Expectativas Inadequadas’ ($F(2,133) = 12.762, p < .001$) e ‘Poder Parental’ ($F(2, 133) = 7.132, p < .001$).

Para determinar o efeito do número de filhos nas pontuações do AAPI e das suas subescalas foi realizada uma Regressão Linear. Os resultados mostram que quanto maior o número de filhos maior a pontuação no APPI ($\beta = .288, t = 3.616, p < .01; R^2 = .076$). O mesmo se verificou nas subescalas ‘Expectativas Inadequadas’ ($\beta = .300, t = 3.793, p < .001; R^2 = .084$) e ‘Poder Parental’ ($\beta = .165, t = 2.013, p = .046; R^2 = .020$).

Por último procurámos perceber se as pontuações no AAPI se diferenciaram em função da origem da amostra. Os resultados mostram que o grupo das mães sinalizadas apresentou de forma consistente, pontuações mais elevadas ($M = 2.31, DP = 0.55$) do que as não sinalizadas ($M = 2.19, DP = 0.48$), no entanto esta diferença não atinge significância estatística $t(145) = 1.415, p = .159$. Este foi também o padrão observado nas subescalas, onde a diferença entre grupos foi significativa apenas na subescala ‘Exigência/Controlo’, $t(145) = 1.974, p = .05$.

3.4. Validade convergente do instrumento AAPI

Neste subcapítulo serão analisadas as relações esperadas entre o AAPI e outros dois instrumentos o PRMNBS e o CAPI, com vista a perceber se entre estas existe uma relação positiva ou negativa e assim testar um dos pressupostos da validade de construto (Vallejo & Blanco, 2003).

3.4.1. Análise descritiva dos instrumentos PRMNBS e CAPI. As estatísticas descritivas dos itens relativos ao CAPI e ao PRMNBS são apresentadas no Quadro 3.3.

Quadro 3.3.

Estatísticas Descritivas do instrumento PRMNBS e do instrumento CAPI

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mín.</i>	<i>Máx.</i>
PRMNBS (total)	3.56	0.24	2.71	4.00
Segurança e proteção em casa	3.63	0.67	1.00	4.00
Necessidades educacionais	3.36	0.39	2.38	4.00
Necessidades físicas	3.82	0.27	2.80	4.00
Suprimento de necessidades básicas	3.85	0.34	1.60	4.00
Vigilância e supervisão	3.56	0.44	2.00	4.00

CAPI (Escala de Abuso Global)	1.81	0.13	1.32	1.99
Mau estar psicológico	1.88	0.19	1.21	2.00
Rigidez	1.66	0.19	1.16	1.95
Problemas com a criança e consigo mesmo	1.90	0.10	1.31	2.00
Problemas com a família	1.87	0.17	1.25	2.00
Infelicidade e problemas com outras pessoas	1.74	0.18	1.27	2.00

3.4.2. Correlações entre o AAPI e o CAPI e o PRMNBS. Uma vez que quer o CAPI quer o PRMNBS constituem instrumentos que procuram diferenciar o potencial de abuso físico e de negligência respetivamente, começamos por analisar em que medida estes instrumentos diferenciam os respondentes em função da sua origem (mães sinalizadas vs. não sinalizadas). Os resultados indicaram que o potencial de abuso das mães sinalizadas foi superior ($M = 1.78$, $DP = 0.15$) ao das mães não sinalizadas ($M = 1.82$, $DP = 0.12$), embora esta diferença não atinja significância estatística, $t(144) = -1.687$, $p = .094$. O mesmo padrão foi observado para as diferentes subescalas deste instrumento (sendo significativa a diferença observada na subescala “Problemas com a criança e consigo mesmo”), com exceção da subescala “Infelicidade e problemas com outras pessoas”.

Relativamente à negligência, os resultados indicaram que no geral as mães não sinalizadas reportaram mais comportamentos preventivos, indicador de menor negligência ($M = 3.58$, $DP = 0.23$) do que as sinalizadas ($M = 3.51$, $DP = 0.25$), embora este resultado não seja significativo, $t(145) = -1.577$, $p = .117$. O mesmo padrão foi observado nas subescalas (e significativo na subescala “Suprimento das necessidades básicas) com exceção das “Necessidades educacionais”.

No sentido de avaliar a validade convergente do AAPI foram realizadas análises de correlação entre esta escala (e suas subescalas) e as dimensões do CAPI e PRMNBS.

Relativamente à relação com o CAPI, os resultados revelam correlações negativas (p 's $< .01$) entre todas as dimensões do AAPI e da Escala de Abuso, isto é, mais atitudes parentais inadequadas parecem estar associadas a maior potencial de abuso físico (Quadro 3). No entanto, a dimensão “Exigência/Controlo” não apresenta uma correlação significativa com a dimensão “Infelicidade e problemas com os outros” ($r = -.162$; $p = n.s.$). É de salientar ainda que a escala total do AAPI apresenta correlações mais fortes com a Escala de Abuso Global do CAPI ($r = -.636$; $p < .01$), com a dimensão “Rigidez” ($r = -.720$; $p < .01$) e com a dimensão “Problemas com a criança e consigo mesmo” ($r = -.502$; $p < .01$). Também a subescala “Expetativas

inadequadas” do AAPI se correlaciona fortemente com a Escala de Abuso Global do CAPI ($r = -.605$; $p < .01$) e com a dimensão “Rigidez” ($r = -.721$; $p < .01$). A correlação negativa deve-se ao facto de a escala do CAPI ser uma escala de dois pontos, na qual 1 significa concordância e 2 significa não concordância, portanto menores valores indicam maior potencial de abuso.

Quadro 3.4.

Correlações entre as dimensões do AAPI e do CAPI

	Escala de Abuso Global	Mau estar psicológico	Rigidez	Problemas com a criança e consigo mesmo	Problemas com a família	Infelicidade e problemas com os outros
AAPI Total	-.636**	-.405**	-.720**	-.502**	-.328**	-.387**
Expetativas inadequadas	-.605**	-.367**	-.721**	-.485**	-.283**	-.366**
Poder Parental	-.462**	-.324**	-.402**	-.360**	-.332**	-.332**
Exigência/controlo	-.395**	-.272**	-.494**	-.297**	-.177*	-.162

Relativamente à relação com a negligência, os resultados também revelaram correlações negativas entre as dimensões do AAPI e do PRMNBS, isto é, atitudes parentais inadequadas parecem estar associadas a menos comportamentos preventivos de negligência (Quadro 4). É de salientar que as correlações entre as várias dimensões são de moderadas a fracas, mas significativas, exceto a dimensão “Poder Parental” do AAPI com a dimensão “Segurança e Proteção em Casa” ($r = -.111$; $p = n.s.$), e ainda a dimensão “Exigência/Controlo” do AAPI com as dimensões “Necessidades educacionais” ($r = -.070$; $p = n.s.$) e “Necessidades físicas” ($r = .045$; $p = n.s.$).

Quadro 3.5.

Correlações entre as dimensões do AAPI e do PRMNBS

	PRMNBS Total	Segurança e proteção em casa	Necessidades educacionais	Necessidades físicas	Suprimento de necessidades básicas	Vigilância e supervisão
AAPI Total	-.480**	-.263**	-.246**	-.200*	-.302**	-.473**
Expetativas inadequadas	-.422**	-.270**	-.191*	-.167*	-.258**	-.444**
Poder Parental	-.480**	-.111	-.350**	-.315**	-.312**	-.293**
Exigência/controlo	-.241**	-.200*	-.070	.045	-.164*	-.402**

Capítulo IV - Discussão

O mau trato infantil é um problema que se caracteriza por práticas de mau trato físico e emocional, com consequências graves que afetam o desenvolvimento pleno da criança a curto e a longo prazo (Direção Geral de Saúde, 2011).

Mais recentemente, a temática do mau trato tem sido amplamente estudada no âmbito dos modelos cognitivos. Neste sentido, as atitudes e crenças parentais assumem um papel importante na explicação do mau trato infantil por parte dos principais cuidadores (Azar, 1986).

Dada à escassez de instrumentos que respondam a esta problemática e que meçam especificamente as atitudes e crenças parentais de pais e não-pais, especificamente em Portugal, a adaptação de um instrumento que as avalia permite colmatar essas lacunas, constituindo-se como um facilitador na avaliação dos fatores de risco parental, nomeadamente no âmbito dos serviços de promoção e proteção de crianças e jovens do país.

O presente estudo teve assim como objetivo adaptar e determinar as principais qualidades psicométricas da escala “Adult Adolescent Parenting Inventory” (AAPI 2.1 Form A; Bavolek & Keene, 1999, 2010) numa amostra portuguesa. Atendendo à utilidade desta avaliação no âmbito do mau trato e negligência, parte da amostra deste estudo inclui mães sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Foi ainda aplicado um instrumento que mede o potencial de abuso físico (CAPI) e um instrumento que mede práticas de negligência parental (PRMNBS), com vista à validação de construto do instrumento AAPI.

Para a validação do instrumento *Adult Adolescent Parenting Inventory* (AAPI 2.1 Form A; Bavolek & Keene, 1999, 2010), foi realizado primeiro um processo de tradução da escala, que foi depois aplicada a 147 mães (30.6% sinalizadas em CPCJ e 69.4% recrutadas em Agrupamentos de Escolas).

Para determinar as propriedades psicométricas foi realizada uma Análise de Componentes Principais, que nos permitiu identificar três componentes, que denominámos Expetativas Inadequadas, Poder Parental e Exigência e Controlo Parental. A variância total explicada é de 41.61%. A nível da consistência interna, a escala total apresentou um Alfa de Cronbach ($\alpha = .915$) que se revelou adequado. As subescalas do instrumento “Expetativas Inadequadas ($\alpha = .895$), e “Poder Parental” ($\alpha = .781$), apresentaram indicadores de consistência interna adequados e a subescala “Exigência e Controlo Parental” ($\alpha = .552$) um valor mais medesto.

Tratando-se esta de uma escala que mede atitudes e crenças parentais, o primeiro componente da escala “Expetativas Inadequadas” agrega itens que sugerem expetativas e crenças irrealistas e inadequadas em relação ao comportamento dos filhos. Segundo a investigação na área, as expetativas mais rígidas e irrealistas dos pais, fazem com as interações entre os pais e os filhos sejam mais propensas a respostas inadequadas ao desenvolvimento da criança (e.g., Azar, 1986). O segundo componente “Poder Parental” remete para o uso de opressão e força física por parte dos pais, e é convergente com a investigação que sugere que pais maltratantes tendem a assumir que as crianças respondem melhor a técnicas mais rígidas de poder (e.g., Azar et al., 1984; Caselles & Milner, 2000). O último componente da escala, “Exigência e Controlo Parental” engloba questões de exigência e controlo dos pais sobre diversos comportamentos dos filhos. A literatura refere que pais negligentes e maltratantes tendem a ser menos responsivos e menos exigentes com os filhos (e.g., Maccoby & Martin, 1983).

Globalmente, a média das respostas às subescalas “Expetativas Inadequadas” e “Poder Parental” foi baixa, indicando que a maioria das mães inquiridas discorda com as afirmações destas subescalas. Na subescala “Exigência e Controlo Parental”, a média das respostas foi moderada, indicando que a maior parte das inquiridas não concorda nem discorda com as afirmações. Estes dados mostram-se relativamente consistentes com o que seria de prever para a amostra em causa, que inclui uma maioria de mães não sinalizadas, onde não se prevê a prevalência de crenças e atitudes parentais abusivas face aos seus filhos.

Numa segunda fase explorámos ainda os resultados do AAPI em função de algumas variáveis sociodemográficas recolhidas. Salienta-se que as pontuações globais no instrumento AAPI variaram em função do grupo étnico, bem como nas subescalas “Expetativas Inadequadas” e “Exigência e Controlo Parental”. Especificamente, o grupo de descendência africana, apresentou pontuações mais elevadas comparativamente às mães de descendência lusa, mista e de outras descendências. Segundo Sigel (1995), a parentalidade carece de uma aprendizagem e nem todos os pais estão culturalmente prontos para cumprir tais funções. Segundo Jambunathan, Burts e Pierce (2000), o estilo parental autoritário é o mais evidenciado nas famílias africanas. Relativamente à punição física, McLoyd, Kaplan, Hardaway e Wood (2007) referem que esta é uma prática recorrente em pais de origem africana. Neste sentido, os resultados obtidos neste estudo estão em conformidade com a literatura da área.

Foram, ainda, encontradas diferenças em função das habilitações literárias, rendimento mensal individual e do agregado familiar. Assim, as mães menos escolarizadas e com menos

rendimento, tanto individual como do agregado apresentaram, em média, pontuações mais elevadas. Estes resultados indicam que quanto menos escolaridade e menos recursos económicos maior a prevalência de atitudes parentais abusivas e negligentes. A literatura na área é relativamente consensual na explicação destes resultados. Por exemplo, Eamon e Zuehl, (2001) preconizam que, existem diversos fatores que influenciam a parentalidade abusiva e negligente, como o baixo nível de habilitações literárias, dificuldades financeiras e a saúde mental da mãe (e.g., mães depressivas). Estes autores, referem, ainda, que mães com baixo nível de habilitações literárias e maiores dificuldades financeiras, tendem a utilizar uma disciplina rígida, punindo fisicamente os seus filhos.

Os resultados da regressão linear realizada para determinar o efeito do número de filhos nas pontuações do AAPI e das suas subescalas indicaram que quanto maior o número de filhos, maior as pontuações no AAPI e nas subescalas “Expetativas Inadequadas” e “Poder Parental”. Estes dados parecem indicar que quanto maior o número de filhos menor é a capacidade das mães para atenderem a questões do desenvolvimento individual de cada filho. Segundo a literatura no âmbito da parentalidade as características da família, como o número de filhos, o número de pessoas pertencentes ao agregado, entre outros fatores, pode influenciar o desenvolvimento da criança (Bronfenbrenner, 1979).

Embora o método utilizado na seleção da amostra não permita distinguir objetivamente mães sinalizadas e o grupo de mães não sinalizadas (uma vez que as mães deste último grupo não foram avaliadas), procurámos ainda assim explorar potenciais diferenças nas pontuações obtidas no AAPI em função da origem da amostra. Esta análise revelou diferenças marginais, nomeadamente pontuações mais elevadas no grupo de mães sinalizadas. Este padrão de resultados sugere que pais maltratantes e negligentes evidenciam mais crenças e atitudes enviesadas em relação à educação dos seus filhos e, também, expetativas desadequadas sobre o desenvolvimento das crianças (e.g., Camilo, Garrido, & Calheiros, 2016).

Finalmente, analisámos os resultados das associações entre o AAPI e outros dois instrumentos: o CAPI, que mede o potencial de abuso físico e o PRMNBS, que mede as práticas de negligência. Ao analisar as diferenças destes instrumentos em função da origem das mães, sinalizadas e não sinalizadas, verificou-se que, quer em relação, ao potencial de abuso físico, quer aos comportamentos de negligência, a média de respostas foi superior no grupo das mães sinalizadas, embora, tal como verificado para os resultados do AAPI, as diferenças observadas tenham sido apenas marginais. Não obstante, estes resultados sugerem a adequação destes

instrumentos para distinguir mães com potencial de abuso e negligência, de mães sem estas características.

A fim de determinar a validade convergente, foi realizada uma análise das correlações entre as escalas e as subescalas do AAPI, com as dimensões do CAPI e do PRMNBS. Relativamente às correlações entre o AAPI e do CAPI, os resultados demonstram correlações negativas e significativas, isto é, quando menos adequadas e ajustadas as atitudes parentais, maior o potencial de abuso físico. Em relação às correlações entre o AAPI e o PRMNBS, estas mostraram-se negativas e significativas revelando que as atitudes parentais inadequadas podem estar associadas a menos comportamentos de prevenção da negligência. Em conclusão, os resultados apresentados, demonstram que quanto mais atitudes e crenças parentais inadequadas, maior o potencial de abuso físico e de negligência. Estes resultados, seguem o registo da literatura, assumindo que pais com elevado risco de abuso físico, emocional e negligência, apresentam crenças pré-existentes mais imprecisas e enviesadas, e estas afetam a forma como respondem às informações relacionadas com os filhos (Crittenden, 1993; Milner, 2003).

4.1. Limitações, Contributos e Sugestões para investigação futura

Atendendo ao objetivo do estudo, designadamente adaptar e validar o AAPI a uma amostra de mães portuguesa, não foram cumpridos os rácios sugeridos na literatura de 5:1 ou 10:1 (Osborne & Costello, 2004). Contudo existem autores que seguem um rácio de dois participantes por item, desde que a amostra seja constituída por mais de 100 inquiridos (Kline, 1979), tal como foi o caso.

Outra limitação prende-se com o facto de este ser um estudo de adaptação do instrumento a uma amostra de mães portuguesas. A amostra do presente estudo não é representativa das mães portuguesas, sendo que em investigações futuras se deverá procurar maior diversidade quer geográfica quer no tipo de instituições de recrutamento (Coutinho, 2014).

A análise de dados revelou diferenças entre mães de descendência africana, em comparação com as mães de descendência lusa, mista ou outra. Este fator pode estar relacionado com diferenças culturais. Em estudos futuros seria importante adaptar o instrumento a mães de descendência africana.

No questionário sociodemográfico, foi perguntado às mães qual a constituição do seu agregado familiar, tendo sido verificado que algumas mães tiveram dificuldades em selecionar entre as várias opções (filho/s; marido/companheiro e pai dos filhos; marido e padrasto dos filhos; avós maternos dos filhos; avós paternos dos filhos). Em estudos futuros seria pertinente

reformular esta questão (e.g., utilizar uma pergunta aberta, em vez de pergunta de escolha múltipla).

Futuramente, e apesar da escala original também ser só aplicada a mães, seria interessante aplicar a pais, atendendo ao papel cada vez mais proeminente dos pais na educação dos filhos, que é atualmente o de um elemento mais ativo na educação dos filhos e no seu desenvolvimento (Lamb, 2000).

Retomando a proposta original dos autores do instrumento, os programas de intervenção com pais são um importante campo de aplicação deste instrumento. Vários estudos têm demonstrado ganhos nos conhecimentos e atitudes em relação à parentalidade, uso de empatia, uso apropriado de castigos corporais e aceitação de papéis (Palusci, 2008). O instrumento poderá ser um importante contributo nos designs quasi-experimentais de avaliação de programas de intervenção parental (Garrido & Camilo, 2012).

Pode ser ainda um importante contributo no desenho de programas de intervenção com pais em risco de abuso e negligência (e.g., Camilo, Garrido, & Sá, 2013, 2014; Camilo & Garrido, 2013), na medida em que identifica domínios específicos de atitudes que podem apoiar no desenho de ações de intervenção específica ao nível das crenças e atitudes parentais.

Apesar das limitações apresentadas anteriormente, este estudo constitui-se como uma etapa importante na validação do *Adult-Adolescent Parenting Inventory* (Form A, 2.1). Os resultados indicam qualidades psicométricas aceitáveis, quer no que diz respeito à fiabilidade, quer à validade de construto e à validade convergente. Atendendo à escassez de instrumentos que respondam à problemática dos maus tratos e negligência parental e que meçam especificamente as atitudes e as crenças parentais de pais e não-pais, adaptados para o contexto português, este estudo constitui-se como um contributo importante no sentido de facilitar a avaliação dos fatores de risco parental nomeadamente no contexto dos diversos serviços de promoção e proteção em Portugal.

Referências

- Azar, S. T., & Benjet, C. L. (1994). A cognitive perspective on ethnicity, race, and termination of parental rights. *Law and Human Behavior, 18*(3), 249-268.
- Azar, T., Fantuzzo, J. W., & Twentyman, C. T. (1984). An applied behavioral approach to child maltreatment: Bade to basics. *Advances in Behavioral Research and Therapy, 6*, 3-11.
- Azar, T., Reitz, E., & Goslin, M. (2008). Mothering: Thinking is part of the job description: Application of cognitive views to understanding maladaptive parenting and doing intervention and prevention work. *Journal of Applied Developmental Psychology, 29*, 295-304.
- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization.. *symposium on child psychology, 7*, 3-46. Minnesota.
- Bavolek, J. (2000). The nurturing parenting programs. *Juvenile Justice Bulletin*. Washington, DC: US Department of Justice.
- Bavolek, J., & Keene, R. G. (2010). *Adult-adolescent parenting inventory AAPI-2 Online Development Handbook*. Park City, UT: Family Development Resources, Inc.
- Bavolek, S. J., & Keene, R. G. (1999). *Adult-Adolescent Parenting Inventory: AAPI-2: Assessing High-risk Parenting Attitudes and Behaviors*. Asheville, NC: Family Development Resources, Inc.
- Bavolek, S. J., Kline, D. F., McLaughlin, J. A., & Publicover, P. R. (1979). Primary prevention of child abuse and neglect: Identification of high-risk adolescents. *Child Abuse & Neglect, 3*(3-4), 1071-1080.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development, 55*, 83-96.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental ecological analysis. *Psychological Bulletin, 114*(3), 413-434.
- Belsky, J., & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 5-19.
- Belsky, J., & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: The determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 153-202). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Benoit, M. B. (1997). The role of psychological factors on teenagers who become parents out-of-wedlock. *Children and Youth Services Review, 19*(5), 401-413.
- Bondarenko, N. (2008). Characteristics of the adaptation of poor and well-to-do families. *Sociological Research, 47*, 64-80.

- Bornstein, M. H. (2002). Parenting infants. *Handbook of parenting: Being and becoming a parent. 1*, 3-43. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. International Journal of Behavioral Development, . 33, 470-478. London Hogarth.
- Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. *American Psychologist*, 34(10), 844-850.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99(1), 66-77.
- Bugental, B., & Keith, H. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: The interactive effects of maternal attributions and child status. *Developmental Psychology*, 40, 234-243.
- Bugental, D. B., & Goodnow, J. J. (1998). Socialization processes. In: Damon W, Eisenberg N (eds.) *Handbook of Child Psychology*, 5th edn. Wiley, New York, pp. 389–462.
- Bugental, D. B., & Happaney, K. (2002). Parental attributions. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent*. 509-535. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bugental, D. B., & Happaney, K. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: The interactive effects of maternal attributions and child status at birth. *Developmental Psychology*, 40(2), 234-243.
- Bugental, D. B., & Johnstor, C. (2000). Parental and child cognitions in the context of the family. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 315-34.
- Bugental, D. B., Blue, J., & Cruzcosa, M. (1989). Perceived control over caregiving outcomes: Implications for child abuse. *Developmental Psychology*, 25(4), 532-539.
- Bugental, D. B., Lyon, J. E., Krantz, J., & Cortez, V. (1997). Who's the boss? Differential accessibility of dominance ideation in parent–child relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(6), 1297-1309.
- Bugental, D. B., Shennum, W. A., & Shaver, P. (1984). " Difficult" children as elicitors and targets of adult communication patterns: An attributional-behavioral transactional analysis. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 1-81.
- Calheiros, M. (1998). Elaboração e estudo de um Questionário de Avaliação de Maus-tratos e Negligência a Crianças. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 33, 91-121.
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Calheiros, M. M., & Magalhães, E. (2013). Inventário de Potencial de Abuso na Infância: Dados preliminares das suas qualidades psicométricas numa amostra portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 10(1), 63-79.

- Camilo, C., & Garrido, M. V. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 31, 245-268.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Calheiros, M. M. (2016). Implicit measures of child abuse and neglect: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 29, 43-54.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3, pp. 209-237). Lisboa: Edições Sílabo.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2014). pRó.paRental: Um programa de formação para pais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 4, pp. 200-250). Lisboa: Edições Sílabo.
- Caselles, C. E., & Milner, J. S. (2000). Evaluations of child transgressions, disciplinary choices, and expected child compliance in a no-cry and a crying infant condition in physically abusive and comparison mothers. *Child Abuse & Neglect*, 24(4), 477-491.
- Cole, P. M., & Reitz, E. B. (2005). Conceptual complexity of maternal beliefs about their toddlers. In *Multicultural examination of parents' beliefs about children: Meanings, mechanisms, and methods. Symposium presented at the Biennial Meeting of the Society for Research in Child Development, Atlanta, GA*.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting: The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55(2), 218-232.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens (2015). Relatório Annual de Avaliação de Atividade das CPCJ-2014.
- Connors, N. A., Whiteside-Mansell, L., Deere, D., Ledet, T., & Edwards, M. C. (2006). Measuring the potential for child maltreatment: The reliability and validity of the Adult Adolescent Parenting Inventory—2. *Child Abuse & Neglect*, 30(1), 39-53.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2.ª Ed.). Coimbra, Almedina.
- Crittenden, P. (1993). Information-processing perspective on the behavior of neglectful parents. *Criminal Justice and Behavior*, 20, 27-48.
- Cruz, O. (2005). Parentalidade. Coimbra: Quarteto Editores
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Dearing, E. (2008). Psychological costs of growing up poor. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1136, 324-332.

- Direção Geral de Saúde. (2016). *Ação de saúde para crianças e jovens em risco*. Lisboa: Retirado de: <https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/maus-tratos-em-criancas-e-jovens/tipologia.aspx>
- Direcção Geral da Saúde (2011). *Maus tratos em Crianças e Jovens em Risco. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Acção da saúde para Crianças e Jovens em risco*. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Dix, T. H., & Grusec, J. E. (1985). Parent attribution processes in the socialization of children. In I. E. Sigel (Ed.), *Parental belief systems*, 201–233. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Dix, T., Ruble, D. N., & Zambarano, R. J. (1989). Mothers' implicit theories of discipline: Child effects, parent effects, and the attribution process. *Child Development*, 1373-1391.
- Dix, T., Ruble, D. N., Grusec, J. E., & Nixon, S. (1986). Social cognition in parents: Inferential and affective reactions to children of three age levels. *Child Development*, 57. 879-894.
- Dodge, K. A., McClaskey, C. L., & Feldman, E. (1985). Situational approach to the assessment of social competence in children. *Journal of consulting and clinical psychology*, 53(3), 344- 353.
- Dubowitz, H., Black, M., Starr Jr, R. H., & Zuravin, S. (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, 20(1), 8-26.
- Eamon, M. K., & Zuehl, R. M. (2001). Maternal depression and physical punishment as mediators of the effect of poverty on socioemotional problems of children in single-mother families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(2), 218-226.
- East, P. L. (1996). The younger sisters of childbearing adolescents: Their attitudes, expectations, and behaviors. *Child Development*, 67(2), 267-282.
- Fiske, S. T., & Pavelchak, M. A. (1986). Category-based versus piecemeal-based affective responses: Developments in schema-triggered affect. *Psychological Report*, 74(1), 251-258.
- Garrido, M. V., & Camilo, C. (2012). Negligência parental: Uma abordagem experimental a problemas comunitários. *In-Mind_Português*, 3, 1-14.
- Goodnow JJ. (2002). Parents' knowledge and expectations: Using what we know. In: Bornstein MH, editor. *Handbook of parenting vol 3: Status and social conditions of parenting*. 2. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum; 2002. pp. 439–460.
- Grusec, J. E., Hastings, P., & Mammone, N. (1994). Parenting cognitions and relationship schemas. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1994(66), 5-19.
- Grusec, J., & Mammone, N. (1994). Parenting cognitions and relationship schemas. *Child Development*, 66, 5-19.

- Hanson, T. L., McLanahan, S., & Thomson, E. (1997). Economic resources, parental practices, and children's well-being. In G. Duncan & J. Brooks-Gunn (Eds.), *Consequences of growing up poor* (pp. 190–238). New York: Russel Sage.
- Horwath, J. (2007). *Child neglect: Identification and assessment*. New York: Palgrave Macmillan.
- Janssens, J. M. (1994). Authoritarian child rearing, parental locus of control, and the child's behaviour style. *International Journal of Behavioral Development*, 17(3), 485-501.
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review*, 25(3), 341-363.
- Kantor, G., Straus, M. A., Holt, M., Ricci, L., & Drach, K. (2003). Causes and assessment of child neglect in community and clinical samples: Preliminary analysis of the Multidimensional Neglectful Behavioral Scale-Child Report (MNBS-CR). *Durham, NH: University of New Hampshire, Family Research Laboratory*.
- Keller, H., Borke, J., Yovsi, R., Lohaus, A., & Jensen, H. (2005). Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 29(3), 229-237.
- Kline, P. (1979). *Psychometrics and psychology*. London: Acaderric Press.
- Lamb, M. E. (2000). The history of research on father involvement: An overview. *Marriage & Family Review*, 29(2-3), 23-42.
- Laureano, R. M. S. (2013). *Testes de hipóteses com o SPSS: O meu manual de consulta rápida* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Maccoby, E. E. (2000). Parenting and its effects on children: On reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 1-27.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen (Series Ed.) & E. M. Hetherington (Vd Ed.). *Hanbook of child psychology and social development* (4 th ed., pp, 1-101) New York: Wiley.
- Mandler, J. M. (1979). Categorical and Schematic Organization in Memory. In C. R. Puff (Ed.). *Memory Organization and Structure*. New York: Academic Press.
- McGillicuddy-De Lisi AV, Sigel IE. 1995. Parental beliefs. In *Handbook of Parenting. Vol 3: Status and Social Conditions of Parenting*, ed. MH Bornstein, pp. 333–58. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- McLoyd, V. C., Kaplan, R., Hardaway, C. R., & Wood, D. (2007). Does endorsement of physical discipline matter? Assessing moderating influences on the maternal and child psychological correlates of physical discipline in African American families. *Journal of Family Psychology*, 21, 165–175.
- Miller, S. A. (1995). Parents' attributions for their children's behavior. *Child development*, 66(6), 1557-1584.

- Milner, J. S. (1993). Social information processing and high-risk and physically abusive Parents. *Child Abuse and Neglect*, 27, 7-20.
- Milner, J. S. (1993). Social information processing and physical child abuse. *Clinical Psychology Review*, 13, 275-294.
- Milner, J. S., Gold, R. G., & Wimberley, R. C. (1986). Prediction and explanation of child abuse: cross-validation of the child abuse potential inventory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(6), 865-866.
- Murphey, D. A. (1992). Constructing the child: Relations between parents' beliefs and child outcomes. *Developmental Review*, 12(2), 199-232.
- ONU/UNICEF (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. New York: UNICEF. Retirado de http://www.unicef.pt/doc/pdf_pub/convencao_direitos_crianca2004.pdf.
- Osborne, J. W. & Costello, A. B. (2004). Sample size and subject to item ratio in principal components analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 9(11), 1-9.
- Pallant, J. (2001), *SPSS Survival Guide*, Open University Press, Buckingham.
- Palusci, V. J., Crum, P., Bliss, R., & Bavolek, S. J. (2008). Changes in parenting attitudes and knowledge among inmates and other at-risk populations after a family nurturing program. *Children and Youth Services Review*, 30(1), 79-89.
- Pancer, S. M., Pratt, M., Hunsberger, B., & Gallant, M. (2000). Thinking ahead: Complexity of expectations and the transition to parenthood. *Journal of Personality*, 68(2), 253-279.
- Parks, P. L., & Smeriglio, V. L. (1986). Relationships among parenting knowledge, quality of stimulation in the home and infant development. *Family Relations*, 3, 411-416.
- Roig, A. M. & Ochotorena, J. P. (1993). *Maltrato y abandono em la infancia*. Barcelona: Mariñez Roca.
- Ross, M. E. T., & Aday, L. A. (2006). Stress and coping in African American grandparents who are raising their grandchildren. *Journal of Family Issues*, 27(7), 912-932.
- Sigel, I. E. (1985). A conceptual analysis of beliefs. In I. E. Sigel (Ed.), *Parental belief system: The psychological consequences for children* (pp. 345-371). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Sigel, I. E., Kim, M. (1996). The answer depends on the question: A conceptual and methodological analysis of a parent belief-behavior interview regarding children's learning. In: Harkness, S., Super, C. (Eds.), *Parents' Cultural Belief Systems: their Origins, Expressions and Consequences*. The Guilford Press, New York, pp. 83-122.
- Sigel, I. E., McGillicuddy-DeLisi, A. V., & Goodnow, J. J. (2014). *Parental belief systems: The psychological consequences for children*. New York: Psychology Press.
- Slack, K. S., Holl, J. L., McDaniel, M., Yoo, J., & Bolger, K. (2004). Understanding the risks of child neglect: An exploration of poverty and parenting characteristics. *Child Maltreatment*, 9(4), 395-408.

Vallejo, M., Sanz, U. & Blanco, A. Cuadernos de Estadística, Construcción de escalas de actitudes tipo Likert. Madrid: Editorial La Muralla S.A, 2003.

Watkins, M. W. (2000). Monte Carlo PCA for parallel analysis [computer software]. *State College, PA: Ed & Psych Associates*, 432-442.

Anexos

Anexo A – Protocolo de Avaliação

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa
INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

Código ____.____

<p style="text-align: center;">Idade</p> <p style="text-align: center;">_____ anos</p>	<p style="text-align: center;">Grupo Étnico</p> <p><input type="radio"/> Descendência Lusa</p> <p><input type="radio"/> Descendência Africana</p> <p><input type="radio"/> Descendência Mista</p> <p><input type="radio"/> Outra _____</p>	<p style="text-align: center;">Estado Civil</p> <p><input type="radio"/> Solteira</p> <p><input type="radio"/> União de facto</p> <p><input type="radio"/> Casada</p> <p><input type="radio"/> Divorciada</p> <p><input type="radio"/> Viúva</p>
<p style="text-align: center;">Profissão</p> <p style="text-align: center;">_____</p>	<p style="text-align: center;">Habilitações Literárias</p> <p><input type="radio"/> Não sabe ler /escrever</p> <p><input type="radio"/> Até 4º ano</p> <p><input type="radio"/> Até 6º ano</p> <p><input type="radio"/> Até 9º ano</p> <p><input type="radio"/> Até 12º ano</p> <p><input type="radio"/> Ensino Superior</p>	<p style="text-align: center;">Rendimento Mensal Individual</p> <p><input type="radio"/> Menos de 500€</p> <p><input type="radio"/> Entre 500€ e 1000€</p> <p><input type="radio"/> Entre 1000€ e 2000€</p> <p><input type="radio"/> Entre 2000€ e 3000€</p> <p><input type="radio"/> Mais de 3000€</p>
<p style="text-align: center;">Nº de filhos</p> <p>_____ filhos</p>	<p style="text-align: center;">Idade de cada filho</p> <p>_____anos _____ anos</p> <p>_____ anos</p>	<p style="text-align: center;">Rendimento Mensal Agregado Familiar</p> <p><input type="radio"/> Menos de 500€</p> <p><input type="radio"/> Entre 500€ e 1000€</p> <p><input type="radio"/> Entre 1000€ e 2000€</p> <p><input type="radio"/> Entre 2000€ e 3000€</p> <p><input type="radio"/> Mais de 3000€</p>
<p style="text-align: center;">Com quem vive (pode escolher várias opções)</p> <p><input type="radio"/> Filho(s)</p> <p><input type="radio"/> Marido/companheiro e pai do(s) filho(s)</p> <p><input type="radio"/> Marido/companheiro e padrasto do(s) filho(s)</p> <p><input type="radio"/> Avós maternos do(s) filho(s)</p> <p><input type="radio"/> Avós paternos do(s) filho(s)</p> <p><input type="radio"/> Outros _____</p>		

Vamos apresentar-lhe de seguida um conjunto de afirmações sobre parentalidade e educação. Pedimos-lhe que tente responder a todas as perguntas, o mais rapidamente que conseguir e de acordo com a sua intuição. Mais uma vez, não existem respostas certas ou erradas. E apesar de existirem afirmações muito parecidas, todas as questões são diferentes.

Nesta escala, cada número significa o seguinte:

	1 discordo muito	2 discordo	3 não concordo nem discordo	4 concordo	5 concordo muito
1. As crianças precisam de liberdade para explorar o mundo em segurança.	1	2	3	4	5
2. Fazer uma pausa (por exemplo, mandar a criança para o quarto, mandá-la sentar numa cadeira) é uma forma eficaz de disciplinar as crianças.	1	2	3	4	5
3. As crianças com um ano de idade devem ser capazes de se manter afastadas de coisas que as possam magoar.	1	2	3	4	5
4. As crianças teimosas devem ser ensinadas a obedecer aos seus pais.	1	2	3	4	5
5. Quanto mais cedo as crianças aprenderem a comer e a vestirem-se sozinhas, e a ir à casa de banho, melhores adultos serão.	1	2	3	4	5
6. Bater ensina as crianças a distinguir o certo do errado.	1	2	3	4	5
7. Os bebés têm que aprender a respeitar as necessidades das suas mães.	1	2	3	4	5
8. A disciplina rigorosa é a melhor forma de educar as crianças.	1	2	3	4	5
9. Os pais que cuidam de si próprios são melhores pais.	1	2	3	4	5
10. As crianças podem aprender a ser bem-educadas sem terem que levar tarefa.	1	2	3	4	5
11. As crianças têm a responsabilidade de agradar aos seus pais.	1	2	3	4	5
12. As crianças boas obedecem sempre aos pais.	1	2	3	4	5
13. Na ausência do pai, o filho deve tornar-se o homem da casa.	1	2	3	4	5
14. Uma boa tarefa nunca fez mal a ninguém.	1	2	3	4	5
15. Os pais devem forçar as crianças a serem melhores.	1	2	3	4	5
16. As crianças devem guardar os seus sentimentos para si próprias.	1	2	3	4	5
17. As crianças devem saber como confortar os seus pais depois de um dia duro de trabalho.	1	2	3	4	5

18. As crianças aprendem a respeitar através de disciplina rigorosa.	1	2	3	4	5
19. Bater numa criança por amor é diferente de bater numa criança por raiva.	1	2	3	4	5
20. Uma boa criança dorme a noite toda.	1	2	3	4	5
21. As crianças devem ser treinadas a utilizar o bacio quando estiverem preparadas e não antes.	1	2	3	4	5
22. Uma certa dose de medo é necessária para que as crianças respeitem os seus pais.	1	2	3	4	5
23. Bater ensina as crianças que é correto bater nos outros.	1	2	3	4	5
24. As crianças que se sentem seguras crescem com demasiadas expectativas.	1	2	3	4	5
25. Não há nada pior do que uma criança teimosa aos dois anos de idade.	1	2	3	4	5
26. Às vezes, bater é a única coisa que resulta.	1	2	3	4	5
27. As crianças que recebem elogios vão tornar-se muito convencidas.	1	2	3	4	5
28. As crianças devem fazer aquilo que lhes dizem para fazer, quando lhes dizem. É simples.	1	2	3	4	5
29. As crianças devem ser ensinadas a obedecer sempre aos pais.	1	2	3	4	5
30. As crianças devem saber o que os pais querem sem ser necessário dizer-lhes.	1	2	3	4	5
31. As crianças devem ser responsáveis pelo bem-estar dos seus pais.	1	2	3	4	5
32. É correto bater quando não há outra alternativa.	1	2	3	4	5
33. Os pais devem ser capazes de confiar nos seus filhos.	1	2	3	4	5
34. Os pais que encorajam os filhos a falar com eles acabam por ouvir apenas queixas.	1	2	3	4	5
35. As crianças precisam de disciplina, não que lhes batam.	1	2	3	4	5
36. Deixar a criança dormir na cama dos pais de vez em quando é má ideia.	1	2	3	4	5
37. Uma boa tarefa mostra às crianças quem manda.	1	2	3	4	5
38. Um bom filho consola os pais depois de eles discutirem.	1	2	3	4	5
39. "Porque eu disse" é a única razão que os pais precisam de dar.	1	2	3	4	5
40. As crianças devem ser as melhores amigas dos pais.	1	2	3	4	5

Vamos agora colocar-lhe algumas questões acerca de como os pais e os filhos interagem entre si no dia-a-dia e que pretendem ajudá-lo a descrever a forma como entende que se relaciona com o

seu filho/a. Caso tenha mais do que um/a filho/a, pedimos-lhe por favor que responda às questões colocadas pensando no/a _____.

Vou ler-lhe cada uma das questões e pedir-lhe que escolha uma das quatro respostas possíveis:

1 Nunca	2 Aconteceu por	3 Aconteceu	4 Aconteceu
------------	--------------------	----------------	----------------

Por favor, diga-me se, nos últimos 6 meses, estas situações se passaram com o/a seu/a filho/a.

1. Observou o(a) seu(a) filho(a) a brincar	1	2	3	4
2. Fez o(a) seu(a) filho(a) sentir-se melhor quando ele(a) estava triste	1	2	3	4
3. Pendurou ou afixou os desenhos do(a) seu(a) filho(a) em casa.	1	2	3	4
4. Disse ao seu(a) filho(a) que gosta muito dele(a).	1	2	3	4
5. Fez atividades em conjunto com o(a) seu(a) filho(a), como jogar, passear, brincar, estar com outros amigos ou familiares.	1	2	3	4
6. Cozinhou o prato favorito do(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
7. Esteve demasiado ocupado(a) para responder às questões do(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
8. Elogiou o(a) seu(a) filho(a) em diferentes situações da sua vida ou do seu dia-a-dia.	1	2	3	4
9. Demonstrou apoio e satisfação ao(a) seu(a) filho(a) quando este(a) fazia alguma coisa acertadamente.	1	2	3	4
10. Apoiou ou ajudou o(a) seu(a) filho(a) a resolver situações difíceis do dia-a-dia, como problemas com os amigos, com a escola, ou outras situações semelhantes.	1	2	3	4
11. Mostrou ter interesse nas atividades de tempos livres/extracurriculares do(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
12. Encontrou-se ou conversou com o(a) professor(a) do(a) seu(a) filho(a) na escola.	1	2	3	4
13. Sentou-se para conversar com o(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
14. Foi com o(a) seu(a) filho(a) a museus, exposições, cinema ou outros locais do género.	1	2	3	4
15. Leu livros com o(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
16. Acompanhou o(a) seu(a) filho(a) nos trabalhos de casa ou no seu estudo.	1	2	3	4
17. Conversou com o(a) seu(a) filho(a) acerca do que está a aprender na escola.	1	2	3	4
18. Ajudou o(a) seu(a) filho(a) quando ele(a) tinha dificuldades em perceber alguma coisa.	1	2	3	4

19. Quando se encontrava fora de casa, não esteve seguro(a) de que o(a) seu(a) filho(a) estivesse a ser vigiado ou cuidado por uma pessoa.	1	2	3	4
20. Não sabia onde o(a) seu(a) filho(a) estava quando este(a) brincava fora de casa.	1	2	3	4
21. Sabia habitualmente para onde ia o(a) seu(a) filho(a) quando este(a) saía da escola.	1	2	3	4
22. Deixou o seu filho sozinho no carro.	1	2	3	4
23. Deixou o(a) seu(a) filho(a) em locais onde não tinha a certeza que este(a) ficava seguro(a).	1	2	3	4
24. Não quis saber se o(a) seu(a) filho(a) tinha arranjado algum problema na escola.	1	2	3	4
25. Certificou-se que o(a) seu(a) filho(a) chegou à escola a tempo, conforme o seu horário.	1	2	3	4
26. Não sabia o que o(a) seu(a) filho(a) estava a fazer quando não estava em casa.	1	2	3	4
27. Preocupou-se quando o(a) seu(a) filho(a) fazia alguma coisa errada, tal como roubar.	1	2	3	4
28. Conhecia os amigos mais próximos do(a) o(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
29. Não deixou o(a) seu(a) filho(a) sozinho em casa.	1	2	3	4
30. Certificou-se que em casa o(a) seu(a) filho não tem acesso a detergentes tóxicos, inflamáveis, corrosivos, ou outros produtos de limpeza do género.	1	2	3	4
31. Garantiu que em sua casa as tomadas elétricas, o fogão, o forno e outros eletrodomésticos estão suficientemente protegidas do contacto do(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
32. Assegurou-se que em sua casa as escadas, janelas, e varandas ou marquises estão suficientemente protegidas do alcance do(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
33. Certificou-se que em casa o(a) seu(a) filho(a) não tem acesso a medicamentos ou outros produtos do género, cuja ingestão poderá ser prejudicial para a saúde.	1	2	3	4
34. Garantiu que em sua casa o(a) seu(a) filho(a) não tem acesso a objetos cortantes ou alguns utensílios de cozinha, como tesouras, facas, canivetes, ou outros semelhantes.	1	2	3	4
35. Certificou-se que o(a) seu(a) filho(a) toma banho.	1	2	3	4
36. Manteve a sua casa limpa.	1	2	3	4
37. Certificou-se que o(a) seu(a) filho(a) usa roupa que o(a) mantém quente e seco(a).	1	2	3	4
38. Certificou-se que o(a) seu(a) filho(a) dorme o número de horas necessárias todas as noites.	1	2	3	4
39. Não conseguiu levar o(a) seu(sua) filho(a) ao médico quando ele(a) esteve doente.	1	2	3	4

40. Levou o(a) seu(a) filho(a) ao médico para as consultas de rotina, outros exames ou atos de saúde.	1	2	3	4
41. Certificou-se que o(a) seu(a) filho(a) escova os dentes todos os dias.	1	2	3	4
42. Levou o(a) seu(a) filho(a) ao dentista para as consultas de rotina.	1	2	3	4
43. Não teve comida suficiente em casa para o(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
44. Incentivou o(a) seu(a) filho(a) a comer vegetais, fruta e a beber leite.	1	2	3	4
45. Deixou que o(a) seu(a) filho(a) comesse demasiados doces, batatas fritas ou a beber refrigerantes.	1	2	3	4
46. Não tinha uma casa, apartamento ou local para viver adequadamente com o(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
47. O(A) seu(a) filho(a) não tinha uma cama só para si para dormir.	1	2	3	4
48. Saiu momentaneamente de casa mesmo quando não teve ajuda para cuidar ou olhar pelo(a) seu(a) filho(a).	1	2	3	4
49. Deixou o(a) seu(a) filho(a) em algum sítio e não voltou para o(a) ir buscar.	1	2	3	4

Adaptação e Validação da Escala AAPI 2.1 Form A

O questionário que se segue inclui uma série de frases que podem ou não aplicar a si. Leia atentamente cada uma das frases e indique se “concorda” ou se “não concorda” com cada uma delas. Se “concorda com a frase faça uma cruz (X) na opção C (Concordo); se “não concorda com a frase faça uma cruz (X) na opção NC (Não Concordo).

É importante que não se esqueça de dar resposta a todas as frases.

1. Nunca sinto pena dos outros	C	NC
2. Gosto de ter animais domésticos	C	NC
3. Sempre fui forte e saudável	C	NC
4. Gosto da maioria das pessoas	C	NC
5. Sou uma pessoa confusa	C	NC
6. Não confio na maioria das pessoas	C	NC
7. As pessoas esperam demasiado de mim	C	NC
8. As crianças nunca deveriam ser más	C	NC
9. Frequentemente estou confusa	C	NC
10. Concordo com uns açoitos que apenas deixam nódoas negras a uma criança	C	NC
11. Quando o(a) meu/minha filho(a) está a chorar procuro sempre certificar-me que ele(a) está bem	C	NC
12. Por vezes ajo sem pensar	C	NC
13. Não se pode depender dos outros	C	NC
14. Sou uma pessoa feliz	C	NC
15. Gosto de fazer coisas com a minha família	C	NC
16. As raparigas adolescentes precisam de ser protegidas	C	NC
17. Frequentemente no meu íntimo sinto-me aborrecida	C	NC
18. Por vezes sinto-me completamente só no mundo	C	NC
19. Todas as coisas numa casa deveriam estar arrumadas	C	NC
20. Às vezes preocupo-me por não poder satisfazer as necessidades de uma criança	C	NC
21. As facas são perigosas para as crianças	C	NC
22. Frequentemente sinto-me rejeitada	C	NC
23. Frequentemente sinto-me só interiormente	C	NC
24. Os meninos pequenos nunca deviam aprender brincadeiras de meninas	C	NC
25. Frequentemente sinto-me muito frustrada	C	NC
26. As crianças nunca deveriam desobedecer	C	NC
27. Gosto de todas as crianças	C	NC
28. Por vezes tenho medo de perder o controlo de mim mesma	C	NC
29. Por vezes desejo que o meu pai tivesse gostado mais de mim	C	NC
30. Tenho um(a) filho(a) que é lento(a)	C	NC
31. Sei qual é a forma certa e errada de atuar	C	NC
32. O meu número de telefone não está na lista	C	NC
33. O nascimento de um filho habitualmente provoca problemas no casamento	C	NC
34. Sou sempre uma boa pessoa	C	NC
35. Nunca me preocupo com a minha saúde	C	NC
36. Por vezes preocupa-me que possa não vir a ter o suficiente para comer	C	NC
37. Nunca quis magoar ninguém	C	NC
38. Sou uma pessoa sem sorte	C	NC
39. Habitualmente sou uma pessoa calada	C	NC
40. As crianças são uma “chatice”	C	NC
41. De forma geral, as coisas não me têm corrido bem na vida	C	NC
42. Pegar ao colo num bebé, sempre que ele chora, habitua-o mal	C	NC
43. Por vezes sou muito calada	C	NC

Adaptação e Validação da Escala AAPI 2.1 Form A

44. Por vezes perco as estribeiras	C	NC
45. Tenho um(a) filho(a) que é mau/má	C	NC
46. Às vezes penso em mim em primeiro lugar	C	NC
47. Às vezes sinto que não valho nada	C	NC
48. Os meus pais não se preocupam realmente comigo	C	NC
49. Às vezes estou muito triste	C	NC
50. As crianças são, na realidade, pequenos adultos	C	NC
51. Tenho um(a) filho (a) que parte as coisas	C	NC
52. Sinto-me preocupada muitas vezes	C	NC
53. Não faz mal deixar uma criança com as fraldas sujas durante algum tempo	C	NC
54. Uma criança nunca devia refilar	C	NC
55. Às vezes o meu comportamento é infantil	C	NC
56. Com frequência irrito-me facilmente	C	NC
57. Por vezes tenho maus pensamentos	C	NC
58. Toda a gente deve pensar primeiro em si mesmo	C	NC
59. Um menino chorão nunca será feliz	C	NC
60. Nunca odeie ninguém	C	NC
61. As crianças não deviam aprender a nadar	C	NC
62. Faço sempre o que está bem	C	NC
63. No meu íntimo sinto-me preocupada com frequência	C	NC
64. Tenho um(a) filho(a) que adoce muitas vezes	C	NC
65. Por vezes não gosto da minha forma de atuar	C	NC
66. Por vezes não cumpro todas as minhas promessas	C	NC
67. As pessoas fizeram-me muito mal	C	NC
68. As crianças deviam manter-se limpas	C	NC
69. Tenho um(a) filho(a) que se mete em sarilhos muitas vezes	C	NC
70. Nunca fico furiosa com os outros	C	NC
71. Dou-me sempre bem com as outras pessoas	C	NC
72. Penso muitas vezes sobre o que tenho de fazer	C	NC
73. Custa-me relaxar	C	NC
74. Atualmente não se sabe com quem realmente se pode contar	C	NC
75. A minha vida é feliz	C	NC
76. Tenho um defeito físico	C	NC
77. As crianças deveriam ter roupa para brincar e roupa para sair	C	NC
78. As pessoas não compreendem como me sinto	C	NC
79. Uma criança de 5 anos que faz chichi na cama é má	C	NC
80. As crianças deviam calar-se e escutar	C	NC
81. Tenho vários amigos(as) íntimos(as) na minha vizinhança	C	NC
82. A escola é a principal responsável pela educação das crianças	C	NC
83. A minha família briga muito	C	NC
84. Tenho dores de cabeça	C	NC
85. Quando era criança abusaram de mim	C	NC
86. Dar uns açoites é o melhor castigo	C	NC
87. Não gosto que os outros me toquem	C	NC
88. As pessoas que pedem ajuda são fracas	C	NC
89. Deve lavar-se as crianças antes de irem para a cama	C	NC
90. Não me rio muito	C	NC
91. Tenho vários amigos(as) íntimos(as)	C	NC
92. As pessoas deveriam ocupar-se das suas próprias necessidades	C	NC
93. Tenho medos que ninguém conhece	C	NC

94. A minha família tem problemas de relacionamento	C	NC
95. Frequentemente acho que a vida não vale nada	C	NC
96. Uma criança deveria ser treinada para usar o bacio no primeiro ano de idade	C	NC
97. Uma criança numa poça de lama é uma imagem feliz	C	NC
98. As pessoas não me compreendem	C	NC
99. Frequentemente sinto que não valho nada	C	NC
100. Há pessoas que fizeram com que a minha vida fosse infeliz	C	NC
101. Sou sempre uma pessoa amável	C	NC
102. Às vezes não sei porque ajo de determinada maneira	C	NC
103. Tenho muitos problemas pessoais	C	NC
104. Tenho um(a) filho(a) que frequentemente se magoa a si mesmo(a)	C	NC
105. Frequentemente sinto-me alterado(a)	C	NC
106. As pessoas por vezes aproveitam-se de mim	C	NC
107. A minha vida é boa	C	NC
108. Uma casa deveria estar perfeitamente limpa	C	NC
109. Descontrolo-me facilmente devido aos meus problemas	C	NC
110. Nunca presto atenção a intrigas	C	NC
111. Os meus pais não me compreendiam	C	NC
112. Há muitas coisas na vida que me aborrecem	C	NC
113. O(A) meu/minha filho(a) tem problemas especiais	C	NC
114. A maioria das crianças não gosta de mim	C	NC
115. Deve ver-se as crianças e não ouvi-las	C	NC
116. A maioria das crianças é parecida	C	NC
117. Ler é importante para as crianças	C	NC
118. Estou deprimido(a) frequentemente	C	NC
119. De vez em quando as crianças deveriam prestar atenção aos seus pais	C	NC
120. Frequentemente estou descontrolada	C	NC
121. As pessoas não se dão bem comigo	C	NC
122. Uma criança boa mantém os seus brinquedos e as suas roupas limpos e ordenados	C	NC
123. As crianças deveriam fazer sempre os seus pais felizes	C	NC
124. É natural que as crianças refilem as vezes	C	NC
125. Nunca sou injusta com os outros	C	NC
126. De vez em quando gosto de não ter que cuidar do(a) meu/minha filho(a)	C	NC
127. As crianças deveriam estar sempre limpas	C	NC
128. Tenho um(a) filho(a) que é desajeitado(a)	C	NC
129. Um pai deve utilizar o castigo se quer controlar o comportamento do(a) seu/sua filho(a)	C	NC
130. As crianças nunca deveriam causar problemas	C	NC
131. Normalmente castigo o(a) meu/minha filho(a) quando está a chorar	C	NC
132. Uma criança precisa de regras muito estritas	C	NC
133. As crianças nunca deveriam ir contra as ordens dos pais	C	NC
134. Frequentemente sinto que sou melhor do que os outros	C	NC
135. As crianças por vezes tiram-me do sério	C	NC
136. Quando era criança estava frequentemente assustada	C	NC
137. As crianças deveriam estar sempre caladas e ser bem-educadas	C	NC
138. Frequentemente estou descontrolada e não sei porquê	C	NC
139. O meu trabalho diário altera-me	C	NC
140. Às vezes tenho medo que os meus filhos não gostem de mim	C	NC
141. Tenho uma vida sexual boa	C	NC

Adaptação e Validação da Escala AAPI 2.1 Form A

142. Li artigos e livros sobre como educar as crianças	C	NC
143. Frequentemente sinto-me muito só	C	NC
144. As pessoas não deveriam mostrar raiva	C	NC
145. Frequentemente sinto-me só	C	NC
146. Às vezes digo palavrões	C	NC
147. Atualmente estou muito apaixonada	C	NC
148. A minha família tem muitos problemas	C	NC
149. Nunca faço nada que seja muito prejudicial para a minha saúde	C	NC
150. Estou sempre contente com o que tenho	C	NC
151. Há pessoas que tornaram a minha vida difícil	C	NC
152. Quase todos os dias me rio	C	NC
153. Por vezes preocupa-me que as minhas necessidades não sejam satisfeitas	C	NC
154. Frequentemente sinto-me assustada	C	NC
155. Às vezes comporto-me de forma tonta	C	NC
156. Uma pessoa deveria guardar para si os seus assuntos	C	NC
157. Nunca levanto a voz por estar aborrecida	C	NC
158. Quando era criança os meus pais batiam-me	C	NC
159. Às vezes penso primeiro em mim e só depois nos outros	C	NC
160. Digo sempre a verdade	C	NC

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo B - Consentimento Informado

Exma. Senhora

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, estamos a desenvolver um estudo sobre as ideias e atitudes das mães sobre educação, parentalidade e desenvolvimento das crianças. Neste sentido, vimos pedir a sua colaboração neste estudo, que consiste no preenchimento de um questionário, com a duração máxima de 15 minutos.

A sua participação é voluntária. Se por qualquer razão não quiser participar, ou se a qualquer momento quiser interromper a sua participação tem todo o direito de o fazer. Contudo, devemos dizer-lhe que o sucesso deste estudo depende da participação do maior número de mães, pelo que a sua colaboração é muito importante para nós. Assim, ficamos muito gratas caso aceite colaborar connosco.

Asseguramos-lhe que os dados serão apenas acedidos pelos investigadores envolvidos no estudo. As suas informações são totalmente confidenciais e serão sempre analisadas em conjunto com as informações dos restantes inquiridos. Assim, os resultados divulgados ou publicados serão sempre referentes ao grupo que constitui a amostra e nunca individuais, assegurando assim o anonimato dos participantes.

No caso de dúvidas acerca de algum aspeto deste estudo, pode comunicar com a aluna responsável através destes contactos: blsta@iscte-iul.pt; Tlm: 918362338 (Beatriz Teixeira).

Com nossos melhores cumprimentos,

A Equipa de Investigação

Beatriz Teixeira, Margarida V. Garrido & Cláudia Camilo

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, (*Nome em MAIÚSCULAS*), aceito participar no estudo sobre ideias e atitudes das mães sobre educação, parentalidade e desenvolvimento das crianças, desenvolvido no Centro de Investigação e Intervenção Social, no ISCTE-IUL.

Assinatura _____ Data _____

Anexo C - Carta de Apresentação do projeto às Mães

Cara Mãe,

No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, estamos a desenvolver um estudo sobre as ideias e atitudes das mães sobre educação, parentalidade e desenvolvimento das crianças.

Como estamos apenas interessados nas ideias das mães, pedimos que apenas mães preencham o questionário.

Não existem respostas certas nem erradas, estamos apenas interessados na sua opinião.

A sua participação neste estudo é anónima e confidencial, e em momento algum lhe iremos pedir informação que as possam identificar.

Para participar, pedimos que leia e assine o Consentimento Informado, onde dará autorização para participar neste estudo, e que preencha o questionário, onde encontrará todas as instruções necessárias. No final, pedimos-lhe que coloque o Consentimento Informado assinado e o questionário preenchido dentro do envelope fechado, e entregue por favor à Diretora de Turma do seu educando.

A sua colaboração é muito importante para nós e agradecemos desde já o tempo que nos possa dedicar.

Agradeço desde já a sua colaboração,